

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

SIBELLE BARBOSA DA SILVA

A PALEONTOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA MUSEAL:

**Um olhar sobre a gestão de acervos paleontológicos na dinâmica do Museu de
Paleontologia Irajá Damiani Pinto, Instituto de Geociências, UFRGS**

Porto Alegre

2014

SIBELLE BARBOSA DA SILVA

A PALEONTOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA MUSEAL:

Um olhar sobre a gestão de acervos paleontológicos na dinâmica do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, Instituto de Geociências, UFRGS

Trabalho de conclusão de curso em graduação em Museologia, do Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Prof^a. Ana Carolina Gelmini de Faria.

Porto Alegre,

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice Diretor André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Ana Carolina Gelmini de Faria

Coordenadora Substituta Jeniffer Alves Cuty

CIP - Catalogação na Publicação

Barbosa da Silva, Sibelle
A Paleontologia em uma Perspectiva Museal: Um olhar sobre a gestão de acervos paleontológicos na dinâmica do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, Instituto de Geociências, UFRGS / Sibelle Barbosa da Silva. -- 2014. 93 f.

Orientador: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Museologia. 2. Patrimônio Fossilífero. 3. Gestão de Acervos. I. Gelmini de Faria, Ana Carolina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre - RS

CEP 90035-007

Telefone: 51 3308 5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

**A PALEONTOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA MUSEAL: Um
olhar sobre a gestão de acervos paleontológicos na dinâmica do Museu de
Paleontologia Irajá Damiani Pinto, Instituto de Geociências, UFRGS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela banca examinadora em 01 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) - UFRGS

Museóloga Dra. Maria Cristina Pons da Silva - UFRGS

Prof^a. Me. Vanessa Barrozo Teixeira - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente com carinho aos meus pais Gilberto e Fátima, os meus exemplos de vida, pelo amor incondicional, incentivo e apoio em todos os momentos. Ao meu irmão Patrick meu melhor amigo que sempre está do meu lado me ouvindo e incentivando. Ao Gerson, meu companheiro, pela caminhada conjunta na vida e na ciência.

Ao meu amigo e irmão de coração Tiago José dos Santos por nunca deixar desistir de nada.

As minhas amigas e amigo: Ana Ramos Rodrigues, Carine Duarte, Deise Formolo, Fernanda Campos, Isabel Ferrugem, Jan Fausto, Lilian Fontanari e Nara Witt, obrigado pelo apoio contínuo em todos os momentos. Especialmente a minha amiga Karine Lima pela ajuda na escolha do tema, pela revisão do texto e pelo apoio acadêmico, te admiro demais!

A todos os professores do curso agradeço todo empenho e as aulas inspiradoras, especialmente a professora Ana Maria Dalla Zen, por ser mais que uma professora, mas uma mãe de coração, que sempre está disposta a ajudar todos ao seu redor. A minha orientadora Ana Carolina Gelmini de Faria, meu muitíssimo obrigada, palavras não serão suficientes para descrever o meu carinho, admiração e gratidão que sinto por você.

À equipe do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto pela cedência do espaço para a pesquisa.

À professora Vanessa Barrozo Teixeira e a museóloga Maria Cristina Pons da Silva por aceitarem fazer parte da banca de avaliação e lerem o meu trabalho contribuindo com suas experiências e conhecimentos. Especialmente à Cris Pons pelo acolhimento tão caloroso em todos os momentos e por ter me orientado em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa no museu.

*“O mundo será melhor no dia em
que todos os homens unirem-se para fazer ciência”
Louis Pasteur*

*“As espécies se originaram por meio da seleção natural:
ou da preservação das raças favorecidas na luta pela vida.”
Charles Darwin*

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo sobre a ciência paleontológica a partir de uma perspectiva museal, trazendo à reflexão a gestão de acervos - tendo como ênfase o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto. Para realização da pesquisa, o trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica - por meio do levantamento das características das áreas de estudo; análise documental - investigando vestígios da trajetória da instituição pesquisada; e observação participante - vivenciando as rotinas do cotidiano do Museu. A fim de compreender o fóssil como objeto museológico, contextualiza o surgimento dos primeiros museus brasileiros, permitindo a consolidação dos estudos das Ciências Naturais no País impulsionado pelos primeiros acadêmicos interessados em estudar e divulgar o patrimônio científico nacional. Igualmente, foram considerados conceitos em torno do que é objeto “coisa” e documento, para assim se refletir sobre a condição dos fósseis como museália. Abordou-se a trajetória dos estudos de Paleontologia no Rio Grande do Sul, através de alguns atores que pesquisaram e reivindicaram a atenção pública para a importância desses registros naturais e constituíram os primeiros acervos, bem como a potencialidade do patrimônio fossilífero no Estado. Tendo o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto coleções de referência, apresentou-se um breve histórico da instituição estudada e foi problematizado o papel dos sujeitos no Museu e como a gestão de acervos se reflete na curadoria compartilhada em busca da interdisciplinaridade na organização. Para tanto, analisa o percurso que o fóssil faz no espaço museológico, desde a sua aquisição até a sua comunicação. Buscou-se identificar quais são os desafios enfrentados pela instituição - particularmente por se tratar de um museu universitário - e o papel da gestão de acervos para o seu desempenho. Assim, chegou-se a conclusão que a gestão compartilhada é possível de ser implantada no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto se a equipe da instituição continuar mantendo uma comunicação contínua entre os profissionais, ações que gradualmente estão sendo inseridas no contexto diário do Museu estimulados por meio das proposições colocadas por todos os sujeitos envolvidos na organização.

Palavras-chave: Museologia. Paleontologia. Patrimônio Fossilífero. Gestão de Acervos.

ABSTRACT

This paper shows a study about paleontology from a museology view, bringing us a reflexing about collection management – having emphasis on Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto. In order to conduct this survey, this paper has methodology literature – through survey of the characteristics of the study areas; document analysis - investigation traces the trajectory of the research institution – participant observation - experiencing the routines of everyday life of the Museum. In order to understand how the fossil as a museum object, contextualizes the emergence of the first Brazilian museums, allowing the consolidation of studies of Natural Sciences in Country, driven by early scholars interested in studying and disseminating the national scientific heritage. Also been considered concepts around the object that is “thing” and document, so as to reflect on the condition of the fossils as museological objects. Addressed the history of studies of Paleontology in Rio Grande do Sul, by some actors who researched and claimed public attention to the importance of these natural records, and made the first collections, well as the potential of fossil heritage in the State. Having the Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto reference collections, presented a brief history of the institution studied and questioned the role of the subject in the Museum and the management of collections is reflected in the shared curation in search of interdisciplinarity in organization. It analyzes the way that the fossil travels in the museum space, since its acquisition to its communication. It was search to identify what are the challenges faced by the institution - particularly because it is a university museum – and the role of managing collections for its performance. Thus, the conclusion was reached that the Shared Management can be implemented in the Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto if the museum staff continue to maintain a continuous communication between professionals, actions that are gradually being added daily in the context of the Museum, stimulated by means of the propositions put by all those involved in the organization.

Keywords: Museology. Paleontology. Fossil heritage. Management of Collections.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Fragmentos do livro “Estudos botânicos e descrições brasileiras”, de Francisco Freire Alemão.....	18
Figura 2: Diário de Campo de Alexander von Humboldt de quando viajou pela América do Sul.....	19
Figura 3: Archivos do Museu Nacional, vol. 1, (1876).....	23
Figura 4: Retrato de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional entre 1874 – 1893.....	23
Figura 5: Museu Nacional, 1870.....	23
Figura 6: Microscópio (séc. XIX).....	24
Figura 7: Catálogo (s/d).....	25
Figura 8: Museu Paraense Emílio Goeldi (1875).....	26
Figura 9: Museu Paulista no século XIX.....	27
Figura 10: Três primeiras Revista do Museu Paulista.....	28
Figura 11: Somatofósseis, trilobita, invertebrado que viveu no período Cambriano.....	36
Figura 12: Icnofósseis, pegada de saurópodos que viveram no período Triássico.....	36
Figura 13: Inseto preservado em âmbar.....	36
Figura 14: Fóssil de mamute preservado pelo gelo.....	37
Figura15: Llewellyn Ivor Price.....	37
Figura16: Carlos de Paula Couto.....	41
Figura17: Mário Barberena.....	41
Figura18: Prof. Irajá Damiani Pinto.....	42
Figura19: Daniel Cargnin.....	43
Figura 20: Formações geológicas do Rio Grande do Sul.....	44
Figura21: Tabela do Tempo Geológico.....	45
Figura 22: Exposição “Dinossauros: Ciência e Ficção”.....	46
Figura 23: Aquarela pintada pelo geólogo Henry De la Beche em 1830.....	47
Figura 24: Reconstrução Digital.....	50
Figura 25: Bandeira Paleorrota.....	52
Figura 26: Mapa da Paleorrota.....	52
Figura 27: Folder de Divulgação do Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues.....	53
Figura 28: Roteiro Paleontológico.....	56
Figura 29: Exposição “Fósseis do Triássico” em shopping de Porto Alegre, 2014.....	57
Figura 30: Tubo de fósseis.....	58

Figura 31: Kit de escavação.....	58
Figura 32: Brincadeira em casa.....	59
Figura 33: Professor Irajá Damiani Pinto na frente do prédio do Museu de Paleontologia....	64
Figura 34: Pesquisadora consultando o Livro tombo do Museu. (s/d).....	65
Figura 35: Mostruário de fósseis no prédio do Instituto de Ciências Naturais onde trabalhavam os paleontólogos da UFRGS.....	66
Figura 36: Abertura da Exposição <i>Antes dos Dinossauros</i> , no Museu da UFRGS.....	67
Figura 37: Exposição <i>Fósseis, Testemunhos da Vida na Terra</i> no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.....	68
Figura 38: Armários que estão armazenados a Palinoteca.....	73
Figura 39: Planta baixa da área expositiva.....	76
Figura 40: Visita dos professores ao Laboratório de Paleovertebrados.....	82
Figura 41: Projeto "Educação não formal e formal: Interação entre o museu e a escola", recebe prêmio de destaque tertúlia.....	83
Figura 42: “UFRGS Portas Abertas” edição 2014.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTO MUSEAL DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO BRASIL.....	15
2.1 Fósseis: de evidências a documentos.....	29
2.2 Coleções de Paleontologia: preservação e potencialidades do patrimônio fossilífero do Rio Grande do Sul.....	38
3 EM BUSCA DA GESTÃO COMPARTILHADA: um estudo de caso do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.....	60
3.1 O Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.....	63
3.2 Uma análise da Gestão de Acervos do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A.....	93

1 INTRODUÇÃO

A coleta de objetos, a formação de coleções e a criação de museus têm início a partir das intenções de um indivíduo ou de um grupo. Elas começam quando alguém retira um objeto do seu local de origem e o recoloca em um novo espaço, atribuindo outros significados e constituindo uma narrativa em relação à sua história. Desse modo, esse processo marca o surgimento de um novo acervo, pois o objeto recebeu a característica de testemunho de um determinado evento, portanto, este passa da categoria de objeto para se tornar um documento.

Sendo assim, pensamos na Museologia, a ciência que estuda a relação profunda do homem e o objeto dentro de um cenário institucionalizado que pode ser o museu. Com esse conceito o objetivo central da ciência Museológica é aproximar a sociedade dos espaços dedicados à perpetuação da memória para que se possa perceber que eles não são “depósitos de coisas esquecidas”, mas lugares no qual podemos problematizar as questões humanas e naturais, ambientes de reflexão no espaço e no tempo que fazemos por meio dos objetos (documentos). O profissional museólogo objetiva a preservação do patrimônio tangível e intangível da sociedade através de três eixos principais: a preservação, a pesquisa e a comunicação. Nessa dinâmica os objetos perpassam pelo processo de musealização, ou seja, a atribuição de qualidades e significados singulares destacados e estudados, almejando a transformação do objeto em documento.

A partir dessa perspectiva, a Paleontologia torna-se um campo pertinente para compreender essa mudança por se tratar da ciência que estuda os vestígios fósseis, convertendo-os em documentos da vida pré-histórica que quando reunidos têm potencial para se constituir como coleção de museu ou conforme a intenção do indivíduo que deu início à coleta, em uma coleção visitável ou exclusivamente de pesquisa. Trata-se de objetos únicos, preservados nas constantes transformações da natureza que fornecem informações ricas do passado terrestre. O profissional paleontólogo coleta essas evidências, as descreve, classifica e conserva tornando-as um patrimônio científico.

Aqui observamos duas ciências interdisciplinares distintas: a Museologia e a Paleontologia, que possuem, ao mesmo tempo, objetivos disciplinares semelhantes. Nesse sentido, essa pesquisa procura analisar o possível diálogo entre essas duas áreas do conhecimento em busca de uma gestão compartilhada - principalmente a forma que o profissional museólogo pode aproximar os seus conhecimentos teóricos e práticos para a promoção de coleções paleontológicas, colaborando assim com o gerenciamento de acervos.

Para tanto, o nosso *corpus* de análise é o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual será investigado o percurso que o fóssil faz no espaço museal (desde a sua aquisição até a sua comunicação), buscando analisar através da concepção museográfica quais são os desafios enfrentados pela instituição - particularmente por se tratar de um museu universitário - e o papel da gestão de acervos para o desempenho do museu. Entendemos a gestão de acervos como procedimentos técnicos que propiciam a longevidade das coleções (catalogação, armazenamento, conservação e comunicação).

Dessa forma, a problemática a ser investigada por essa pesquisa gira em torno do seguinte questionamento: de que maneira se desenvolve o processo de musealização e gestão de acervos paleontológicos do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto? Como objetivo geral, pretendemos interpretar os processos utilizados na referida instituição para a musealização e a gestão de acervos fósseis. Para tanto, buscam-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o contexto histórico de criação e a trajetória do Museu, bem como os atores envolvidos nesse processo que constituíram as primeiras coleções;
- Analisar a percepção dos profissionais do Museu referente ao espaço museológico;
- Investigar como os processos museográficos ocorrem no cotidiano institucional do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.

Quanto ao método de pesquisa utilizado optamos pela abordagem qualitativa, pois permite abrir espaço para a subjetividade dos sujeitos envolvidos, bem como possibilita ao pesquisador transmitir com profundidade e clareza sua experiência de análise por meio de sua percepção. As técnicas para a coleta de dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a observação participante na instituição pesquisada. Assim sendo, os dados obtidos serão analisados e interpretados em estreita vinculação com as práticas que dão subsídio ao exercício museográfico, a fim de compreender quais são os benefícios e desafios da gestão de acervos nas coleções paleontológicas musealizadas a partir das referências encontradas na instituição estudada.

A investigação está ordenada da seguinte maneira: no capítulo dois, denominado *O Contexto Museal das Ciências Naturais no Brasil*, abordamos o surgimento dos primeiros museus brasileiros, a atuação dos viajantes naturalistas nos séculos XVIII, XIX e XX nessas instituições, escolas e organizações governamentais recém-criados e suas contribuições para a formação de novos filósofos naturais no País.

Igualmente, analisamos os conceitos em torno do que é objeto “coisa” e documento, para assim refletir a condição dos fósseis como museália, bem como a legislação pertinente à proteção do patrimônio fossilífero, pois de acordo com os naturalistas, veremos que estes já possuem condição de evidência por se tratar de um testemunho natural. Averiguamos também a trajetória dos estudos em Paleontologia no Rio Grande do Sul, através de alguns dos atores que pesquisaram, reivindicaram a atenção pública para a importância dos fósseis e constituíram as primeiras coleções desses registros - assim como as potencialidades que os fósseis oferecem, mas são pouco explorados.

O terceiro capítulo denominado *Em Busca da Gestão Compartilhada: Um Estudo de Caso do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto* apresenta um breve histórico da instituição estudada, a atuação dos curadores no Museu e a forma como a gestão de acervos se reflete na curadoria compartilhada em busca de uma interdisciplinaridade. Também foi investigada a rotina museográfica da instituição, abordando itens como a incorporação dos fósseis, a salvaguarda, o armazenamento, a documentação e a promoção. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações e reflexões sobre a pesquisa a partir dos dados apresentados até o momento.

Portanto, os museus se fazem em espaços para problematizar e refletir o nosso lugar como seres complexos inseridos na natureza e nossa relação com ela cada vez mais distanciada. Os registros fósseis proporcionam esse pensamento como um alerta para demonstrar que nada é eterno em nosso universo, por isso, as ciências e os museus buscam mais que desenvolver teorias e expor ideias, procuram responder as indagações do nosso espírito.

2 O CONTEXTO MUSEAL DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO BRASIL

O ato de colecionar é uma das particularidades mais antigas da natureza humana, pois desde a pré-história elegemos coisas e a concedemos diversificados significados. No entanto, institucionalizá-las através dos museus é um fenômeno mais recente. Entender como ocorreu esse processo através das instituições museais nos esclarece de que maneira as Ciências Naturais encontraram um lugar propício para ser praticada.

Embora disponhamos de uma longínqua história de templos dedicados à salvaguarda do conhecimento como, por exemplo, a grande Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade é somente a partir de meados do século XVI que aparecerão organizações próximas da configuração que atualmente conhecemos por museus - intitulados Gabinetes de Curiosidade ou Câmara das Maravilhas.

Essas coleções pertenciam frequentemente a aristocratas europeus e eram acessadas por pesquisadores da época por meio de seus catálogos. Com a expansão das Grandes Navegações e a descoberta do Novo Mundo, aumentou sobremaneira o volume desses acervos. Não só o continente americano despertava um intenso interesse, mas também os objetos das civilizações antigas do Oriente e da Grécia, obtidos através de expedições organizadas que promoviam os saques (SUANO, 1986).

Esse período vivenciava mudanças importantes no campo cultural e científico em decorrência do Renascimento europeu, a visão teocêntrica de universo foi substituída pelo antropocentrismo, ou seja, o homem foi colocado no centro do mundo - tal momento, marcado pelo humanismo, permitiu que os fenômenos naturais pudessem ser questionados, observados e interpretados sem a mediação da Igreja Católica.

Nesse contexto, os Gabinetes de Curiosidades eram locais repletos de objetos reunidos por serem raros, curiosos e igualmente acumulados para a apreciação, mas já apresentavam algumas categorias de organização como: *naturalia* (*animalia*, *vegetalia* e *mineralia*), *scientifica* (instrumentos científicos), *exotica* (animais e plantas exóticas) e *artificialia* (artefatos e pinturas resultados da atividade humana) (MARSTINE, 2006).

Com o avanço do século XVII, os Gabinetes de Curiosidades foram sendo substituídos pelos Museus Enciclopédicos, pois as coleções passaram por um gradual processo de institucionalização e adquiriram caráter descritivo a fim de transformar tudo em conhecimento para o ser humano, estabelecendo uma sensação de racionalização, de controle e exploração da natureza. Essas inovações colaboraram para o advento científico e para uma abertura de

novos campos do saber. Porém, os sujeitos atuantes de museus da época perceberam e criticaram as práticas nos museus que restringiam o acesso às coleções e não abriam seus espaços para a pesquisa e os novos métodos científicos que foram surgindo, como nos explica Suano (1986, p. 25):

Interessantíssimo notar que havia pensadores nesse período dedicados ao método experimental das ciências e filósofos empenhados em divulgar ideias sobre educação divergentes da escolástica oficial e mesmo em propor formas alternativas de governo, sendo que a maior parte deles sofreram nas malhas da Inquisição. Dentre eles, o filósofo Tommaso Campanella (1568 - 1639), frei dominicano, escreveu a obra chamada *A Cidade do Sol* na prisão onde se encontrava por ter divulgado manifesto em defesa de Galileo. Nessa utópica cidade, haveria um *mouseiom* bem diferente do modelo da época. Ele seria uma revolucionária sede do pensamento científico, sem paredes, onde as crianças aprenderiam brincando todas as ciências e artes.

Nessas circunstâncias, em 1683, na Inglaterra, foi inaugurado o Ashmolean Museum de Oxford, um momento expressivo para inaugurar a abertura das coleções para um público maior, embora com regras um tanto restritas para o seu acesso. Sobre essa situação Cândido (2013) nos esclarece que essa instituição foi o primeiro museu universitário, um local para se praticar a história natural se beneficiando de todo equipamento disponível como o laboratório de química.

Essas reivindicações em busca de um compartilhamento das riquezas e o sentimento de nacionalismo impulsionou, no final do século XVII, a visão que tais bens “[...] não são propriedades únicas dos poderosos, pertencendo doravante aos povos. Passa-se da noção de coleção à de patrimônio” (GIRAUDY; BOUILHET, 1990, p. 27).

A partir do século XVIII, novos ideais são estimulados pela elite cultural europeia - se propagava o Iluminismo. A “Enciclopédia das Ciências, das Artes e dos Ofícios” foi organizada entre os anos de 1751 a 1772, idealizada por Diderot em Paris, época em que se buscou dar uma maior atenção às necessidades humanas e, nessa perspectiva, ampliou-se o conceito de aproveitamento da natureza em favor do modo de vida desse novo homem urbano. Nesse momento, mais precisamente em 1758, Carlos Von Linné sistematizou a 10ª edição de sua obra o “*Systema Naturae*”, uma contribuição importante no mundo científico em termos classificação dos seres vivos em uma hierarquia das espécies (SUANO, 1986; LOPES, 1997).

Contudo, as diferenças sociais ficam cada vez mais marcantes e levaram a uma insatisfação geral dos europeus contra a Igreja Cristã e a aristocracia e, conseqüentemente, novos movimentos se perpetuaram principalmente com o advento de uma nova classe social: a burguesia.

Esses eventos culminaram em inúmeras revoltas, a mais destacada delas foi a Revolução Francesa em 1789 na França. Com a deposição do Antigo Regime e a ascensão da sociedade burguesa reformou-se a organização do conhecimento a fim de legitimar o seu poder. Em 1791, em Paris, foi idealizado o Museu do Louvre conforme as propostas revolucionárias que concentraram as coleções científicas e artísticas provenientes dos antigos monarcas franceses, disponibilizadas ao público em 1793, com o objetivo de incentivar atividades educativas e culturais à nação. Esse momento é um marco referencial para o surgimento dos Museus Nacionais e o Estado passou a ser responsabilizado pela preservação e difusão dos bens culturais (GIRAUDY; BOUILHET, 1990). Sendo assim, a partir desses eventos em todos os domínios da sociedade burguesa europeia, o “fazer” científico era autêntico somente através do método e o museu começou a apresentar semelhanças com os grandes laboratórios atuais, se tornando um local favorável para experimentar e teorizar sobre as Ciências Naturais.

Lançavam-se também novas práticas museológicas “[...] caracterizando uma gestão de acervos e um processo de profissionalização” (CÂNDIDO, 2013, p.32). Um sistema inovador de organização dos museus eclodiu e o importante nesse momento era classificar e ordenar a história nesses espaços institucionalizados, como salienta Lopes (1997, p.15):

Constituindo um legado incrivelmente centralizado do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções. A proliferação dos museus de História Natural na Europa a partir do século XVIII tem, portanto, suas raízes na História Natural e corporifica sua consolidação como ciência moderna emergente.

Nesse cenário, ao longo do século XIX com a abertura gradativa dos museus à população, as coleções tornaram-se cada vez mais especializadas - surgiram as classificações tipológicas com descrições exaustivas, como de Arte, de Antropologia e Arqueologia e de História Natural. Esse período ficou conhecido como a “Era dos Museus” (CÂNDIDO, 2013).

Desse modo, no que tange às Ciências Naturais, um novo ofício se colocava em notoriedade, com o objetivo de viajar pelo mundo e coletar evidências naturais para assim voltar aos museus e auxiliar na catalogação de novas espécies: estes protagonistas foram os viajantes naturalistas. Ainda que em sua época essa atividade fosse pouco reconhecida por parte dos filósofos naturais que trabalhavam e teorizavam em seus gabinetes, hoje

entendemos a vital importância desses atores para o desenvolvimento das Ciências Modernas em geral.

Inúmeros homens do saber optaram por serem viajantes naturalistas. Um deles foi o renomado Alexander von Humboldt (1769- 1859), que suscitou inúmeros jovens a seguir esse ofício. Esses homens acreditavam que a experiência em campo pudesse enriquecer com detalhes a descrição da natureza disposta ao seu redor quando colocadas em suas memórias escritas ou em seus desenhos altamente realistas - pensamento diferente dos seus críticos que afirmavam que o conhecimento pleno só poderia ser adquirido nos gabinetes. Quase sempre quem coletava os espécimes não era quem os processava no museu (KURY, 2001).

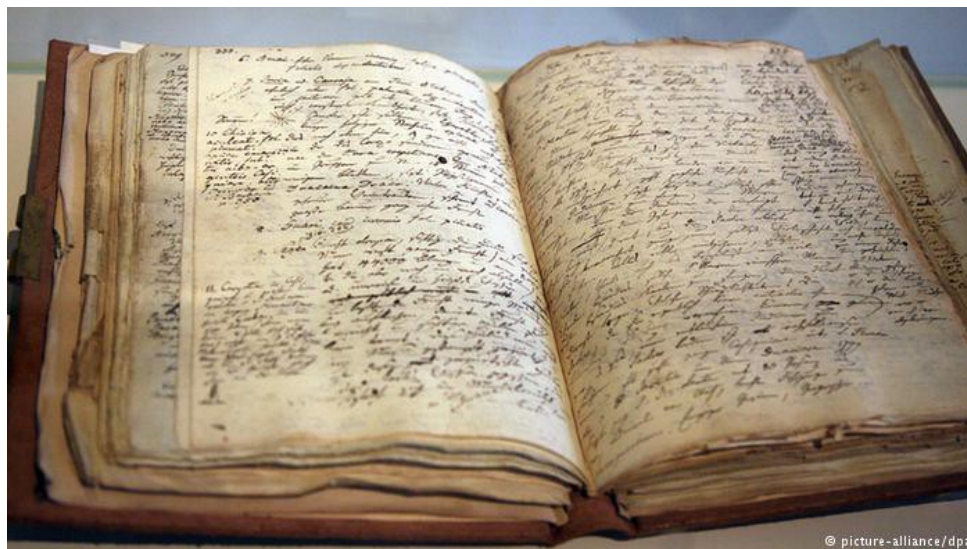
Figura 1: Fragmentos do livro “Estudos botânicos e descrições brasileiras”, de Francisco Freire Alemão.



Fonte: Rede da Memória Virtual Brasileira, [s/d], doc. eletr.¹

¹ Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/2012/01/viagens-cientificas/>>. Acesso em: set. 2014.

Figura 2: Diário de Campo de Alexander von Humboldt de quando viajou pela América do Sul.



Fonte: Site de notícias DW, [s/d], doc. eletr. ²

Ao pensar no Brasil oitocentista, quase trezentos anos se passaram desde o início da colonização de Portugal e o ensino na Colônia ainda era realizado por Jesuítas, pois não havia instituições dedicadas à pesquisa e nem universidades. Apesar das vulnerabilidades, era um território seguidamente frequentado pelos naturalistas viajantes que percorriam o mundo todo enviados por instituições oficiais em busca de fauna e flora que seriam incorporadas às coleções europeias e norte-americanas:

Caracterizado melhor esse processo prolongado de maturação das ciências consideramos como Latour que coletar coleções foi uma outra forma de fazer acontecer a Revolução Copernicana. Historiar as Ciências Naturais seria, portanto, em grande parte, o mesmo que fazer a história da mobilização de tudo aquilo que pôde ser removido e “despachado para casa” (para a Europa) para compor “o grande censo universal”. [...] Pela primeira vez, os zoólogos em seus museus de História Natural sem se deslocarem mais do que poucos metros e abrindo apenas algumas gavetas, puderam viajar através de todos os continentes (LOPES, 1997, p. 14).

Todos os eventos ocorridos na Europa, como acima mencionados, se refletirão no País de alguma maneira, principalmente por sua condição ainda de Colônia e especialmente, adiante às práticas museológicas nas instituições que surgirão nessa ocasião.

O primeiro indício oficial de museu surgiu no Brasil em 1784, a Casa de História Natural - conhecida popularmente como a “Casa dos Pássaros” - situada na cidade do Rio de

² Disponível em: <<http://www.dw.de/di%C3%A1rios-de-viagem-de-humboldt-%C3%A0-am%C3%A9rica-do-sulpoder%C3%A3o-ser-leiloados/a-16832088>>. Acesso em: set. 2014.

Janeiro. Foi criado pelo Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcellos e Sousa. De acordo com Lopes (1997), esta instituição preparava e armazenava produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa, atividade que se desenrolou por mais de vinte anos e que em 1810 foi extinta. Todavia, com a chegada repentina da Família Real portuguesa e parte de sua Corte no Brasil em 1808, devido à ameaça da invasão francesa no seu território, foram introduzidas mudanças significativas nos campos político, educacional e cultural da Colônia. Uma nova infraestrutura foi erguida a altura desse novo cenário e o Brasil se converteu em Reino provisório com a sede do governo instalada na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto foram concebidas novas instituições emblemáticas seguindo o parâmetro europeu, entre elas destacamos: a Imprensa Régia, a Academia Militar, a Academia de Belas Artes, a Escola de Medicina, o Jardim Botânico, a Biblioteca Real, o Observatório Astronômico e o Museu Real (SCHWARCZ, 1993).

O Museu Real foi criado por decreto de Dom João VI em 1818, com o principal objetivo de “[...] propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil” (O MUSEU NACIONAL, 2007, p.12). Portanto, tornou-se evidente o cunho científico dessa instituição com fins educativos. Suas primeiras coleções foram oriundas do acervo da extinta Casa dos Pássaros, bem como de coleções da família real e da coleção Werner de Mineralogia, organizada pelo alemão Abraham Gottlob Werner, adquirida pelo governo para integrar a Real Academia Militar.

A origem da instituição também se deve à influência da arquiduquesa da Áustria, futura esposa de Dom Pedro I, Dona Maria Leopoldina, pesquisadora de Geologia. Quando desembarcou no Brasil em 1817, veio acompanhada por uma comitiva composta por uma Missão Científica, entre eles os naturalistas Johann Natterer, Thomas Ender Johann Emmanuel Pohl, Johann Baptist Von Spix, Carl Friedrich Philip von Martius e Georg Heinrich von Langsdorff (O MUSEU NACIONAL, 2007).

Por isso era tão importante para a Corte criar estabelecimentos que suprissem as necessidades no qual incorporavam as práticas europeias que ainda seriam inseridas gradativamente no contexto brasileiro. A nomenclatura do “Museu Real” perpassou por três momentos históricos, o primeiro foi utilizado de 1818 até 1824; no Segundo Reinado chamou-se “Museu Imperial” sendo recorrente até a queda do Império em 1889. No período da República, em 1890, passou a ser chamado “Museu Nacional”, terminologia ainda vigente - e será pela última denominação que vamos nos referir ao longo deste trabalho.

As Ciências Naturais estavam em evidência nesse momento e a concepção de museu enciclopédico “universal” ainda predominava, isto é, uma instituição no qual abrigasse todo o

conhecimento humano. Por isso eram contratados naturalistas estrangeiros para atuar nas instituições locais. Houve também um crescente aperfeiçoamento dos grupos intelectuais locais, pois a ciência era assunto cotidiano entre eles. Assim, nos situa Schwarcz (1993, p.30): “[...] a ciência penetra primeiro como “moda” e só muito tempo depois como prática”, o que nos permite observar um domínio do “cientificismo” no Brasil. Essa tendência particular pelas Ciências é partilhado pela nobreza:

Portanto, não será absurdo reconhecer, em suas origens, duas vertentes principais: a influência inglesa, de um lado, reflexo do cientificismo que caracterizara universalmente essa época, com toda efervescente paixão “racionalista”, e, de outro, uma natural inclinação da realeza por esse mesmo cientificismo. A nobreza lusitana, que desde a Dinastia de Avis, assumira ares burgueses, precisa, mesmo quando se instala a Casa de Bragança, afirmar o seu *status*, inclusive cultural, o que também vai contribuir para caracterizar o museu. (GUARNIERI, [1979], 2014a, p.91).

No período do governo do imperador Dom Pedro I as coleções cresceram em volume, com doações importantes oferecidas por ele, pela imperatriz e seus colaboradores. Porém, o esforço contínuo dos primeiros pesquisadores brasileiros foi crucial para a manutenção desses acervos e os diretores do Museu Nacional tiveram um papel importante nesse contexto. O ministro José Bonifácio de Andrada e Silva determinou aos viajantes que deixassem parte de tudo que reunia para compor as coleções do Museu, pedido esse que se estendeu também aos governantes das províncias (LOPES, 1997).

As salas e os laboratórios da Instituição também serviram de plataforma de ensino às atividades acadêmicas, no uso principalmente para as aulas regulares de Física e Química. Inclusive os membros da equipe do Museu lecionavam algumas disciplinas nas escolas, a exemplo temos a Academia Militar. Uma de suas salas foi ocupada ainda pela Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional entre 1825 até 1840 e, em 1838, o Museu cedeu espaço para as reuniões do Instituto Histórico Geográfico (O MUSEU NACIONAL, 2007). Portanto, enquanto essa Instituição desempenhava um papel de destaque em sua época, porém como espaço de ensino oferecia certa rivalidade:

Desde suas origens, o museu atuou como centro irradiador e de apoio às atividades de ensino formal. Data do início de 1822 o primeiro registro que encontramos de sua contribuição efetiva ao ensino regular. O então Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva franqueou o museu ao Ten. Cel. João da Silva Feijó, do Corpo de Engenheiros e lente de “História Natural e Zoológica e Botânica” na Academia Militar, para lá serem feitas as demonstrações práticas de espécimes de História Natural um dia por semana. [...] O certo é que as ligações entre museu e a Escola Militar se manterão ao longo de todo o século, tanto pela atuação dos professores, também futuros diretores do museu, como pelas constantes solicitações e doações de

materiais. Mas também a Faculdade de Medicina da Corte iria utilizar-se do que parece ter sido o bom aparelhamento do museu, dada suas constantes solicitações (LOPES, 1997, p. 75).

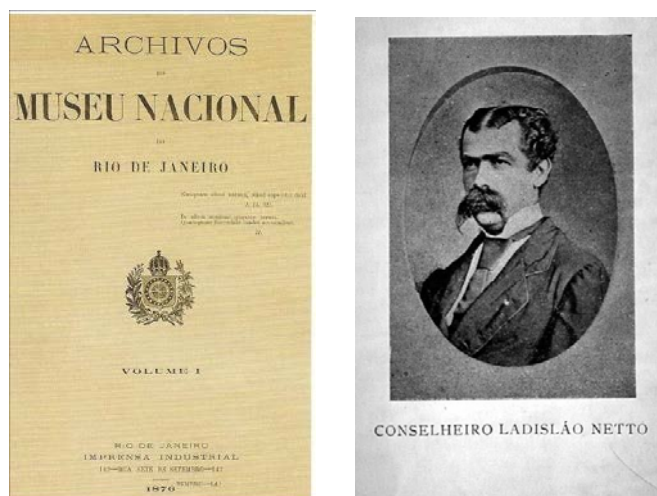
Com a maioria antecipada, Dom Pedro II assumiu o poder em 1840 e, dessa forma, mudanças significativas ocorreram no campo cultural. Sua mãe Dona Leopoldina, exerceu forte inspiração no governante, que se refletiu em seus interesses científicos. Antes de tudo ele foi um grande intelectual, dominava vários idiomas, era cientista, fotógrafo e incentivador de pesquisas históricas, geológicas e naturalistas, bem como estimulava a abertura de mais instituições de pesquisa e ensino no País, como o Colégio Pedro II. Tudo isso o levou a afirmação “a Ciência sou eu”, o que deixava evidente seu posicionamento da condução do Estado em um modelo científico, sobretudo europeu (SCHWARCZ, 1993). Fomentou ainda a participação do Museu Nacional nas “Exposições Universais” a fim de divulgar o Brasil como País produtor de ciência e tecnologia. Nesse sentido, podemos analisar: “[...] se o período de D. João VI pode ser relacionado a um projeto civilizatório e o período de D. Pedro I, ao estabelecimento do Brasil como nação, podemos atribuir a D. Pedro II o processo de modernização das ciências e da cultura no País” (O MUSEU NACIONAL, 2007, p. 12).

Nesse momento oportuno para o Museu Nacional, o Dr. Ladislau de Souza Mello e Netto assumiu a direção em 1874 no qual ocupava um cargo interino, período em que encontrou possibilidade de expandir as atividades do Museu e da pesquisa, por esse motivo:

Nesse período, as exposições, a educação, o ensino e as publicações científicas foram entendidas como fator fundamental para a disseminação do conhecimento. Para divulgar as pesquisas e aumentar o número de especialistas em ciências naturais e antropológicas, Ladislau Netto reformulou as atividades do Museu, implementou cursos públicos e criou, em 1876, a primeira publicação científica específica sobre ciências naturais. (O MUSEU NACIONAL, 2007, p. 18).

Essa publicação era intitulada os *Archivos do Museu Nacional*, editado trimestralmente e tinha como finalidade difundir as pesquisas e permitir a troca de informações entre instituições. Em seu primeiro número, um dos artigos foi escrito por Charles Darwin, então compreende-se a intenção de inserir o Museu nas discussões científicas internacionais, qualificando cada vez mais as pesquisas em território nacional. Ficou evidente essa preocupação, pois 78% do periódico apresentava artigos dedicados às Ciências Naturais (Zoologia, Botânica e Geologia) em detrimento de outras disciplinas, como Arqueologia e Antropologia (SCHWARCZ, 1993).

Figuras 3 e 4: Archivos do Museu Nacional, vol. 1, (1876) e retrato de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional entre 1874 - 1893



Fontes: Site Obras Raras Museu Nacional UFRJ, [s/d], doc. eletr.³
Site BBK United Kingdom, [s/d], doc. eletr.⁴

Em consequência das mudanças no regulamento do Museu na década de 1870, embasados nas tendências científicas da época, a instituição começou a especializar as suas coleções, passando a ser intituladas de Geologia, Mineralogia, Arqueologia e Etnografia, Botânica, Zoológica, Paleontologia, sendo a última citada objeto de interesse para esta investigação.

Figura 5: Museu Nacional, 1870



Fonte:BBK United Kingdom, [s/d], doc. eletr.⁵

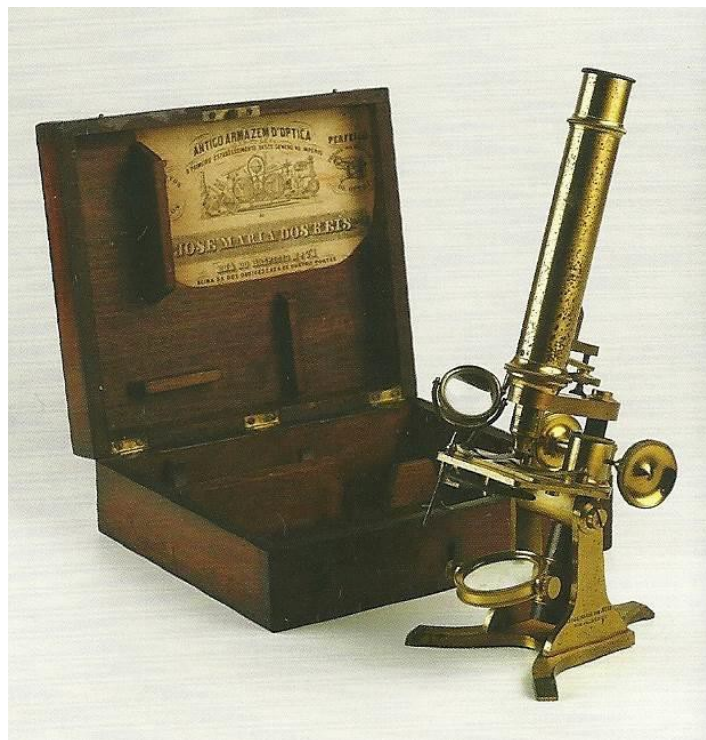
³ Disponível em: <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0001.html>>. Acesso em out. 2014.

⁴ Disponível em: <<http://www.bbk.ac.uk/ibamuseum/texts/Andermann01.htm>>. Acesso em out. 2014.

⁵ Disponível em: <<http://www.bbk.ac.uk/ibamuseum/texts/Andermann01.htm>>. Acesso em out. 2014.

Quanto às pesquisas paleontológicas, desde a fundação do Museu havia acervos fósseis, porém foram ganhando importância e se especializando conforme os avanços científicos e reuniões da Comissão Geológica do Império, outra instituição criada por D. Pedro II, que realizava trabalhos de campo em várias regiões do Brasil. Em 1880 foi inserido no acervo de Paleontologia a mais antiga coleção de fósseis, reunidos por Charles Frederick Hartt, geólogo norte americano canadense que atuava na Comissão Geológica (FERNANDES; FONSECA; HENRIQUES, 2007).

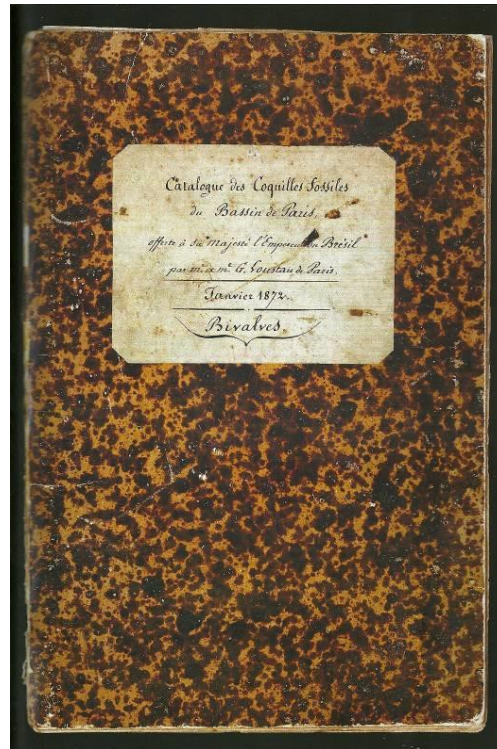
Figura 6: Microscópio (séc. XIX).



Confeccionado na fábrica de equipamentos óticos de José Maria dos Reis, esse é um raro exemplar de microscópio oitocentista fabricado no Brasil. Coleção do Departamento de Geologia e Paleontologia.

Fonte: O MUSEU NACIONAL, 2007, p.14.

Figura 7: Catálogo (s/d)



Em janeiro de 1872, D. Pedro II foi apresentado com uma coleção de conchas fossilizadas de bivalves marinhos do Eoceno - 45 milhões de anos - da Bacia de Paris, entre as quais figuram exemplares de *Cardita imbricata* Lamarck. Atualmente, essa coleção é considerada rara por causa da destruição dos jazigosossilíferos dos arredores da cidade de Paris. Fonte: O MUSEU NACIONAL, 2007, p.119.

No século XIX o País vivenciou a proliferação do espírito científico que resultou na consolidação das Ciências Naturais e, conseqüentemente, estimulou a criação de outros museus regionais. Esse contexto atraiu a vinda de mais pesquisadores estrangeiros, expandindo também o interesse de mais brasileiros pela formação em ciências (LOPES, 1997).

Os naturalistas desempenharam um papel determinante para o crescimento e a diversificação dos acervos museológicos, na implantação de métodos para a gestão de coleções, colaboraram com formação de recursos humanos no País e mais tarde com a criação de novas instituições museológicas brasileiras, de tal forma que consolidou o Brasil como um centro promissor de pesquisas, com reconhecimento internacional.

A criação de outras instituições como o Museu Paraense em 1871 no Pará, coração da Amazônia foi estratégica, pois na época eram comuns expedições⁶ de muitos naturalistas

⁶ Cita-se como exemplo de expedições à região amazônica, a Expedição Thayer liderada pelo naturalista Louis Agassiz entre 1865 e 1866 e a Expedição Morgan conduzida pelo filósofo natural Charles Frederick Hartt entre os anos de 1870 e 1871 (LOPES, 1997, p. 205)

nessa região, por isso esse espaço servia principalmente como lugar de acomodação desses cientistas e era uma forma também de coletar peças e mantê-las no País. A concretização do Museu teve como figura atuante Domingos Soares Ferreira Penna, que foi nomeado como seu primeiro diretor. Em 1884, o suíço Emílio Goeldi assumiu a direção após ser demitido do Museu Nacional devido a interesses políticos. A Instituição passou por vários problemas financeiros e sofreu com falta de pessoal especializado - o que acarretou em seu fechamento em 1889 e reabertura somente em 1891 - porém, a falta de equipe técnica perdurou. Assim em 1900, em homenagem ao filósofo natural por serviços prestados ao Estado, a Instituição passou a se chamar Museu Paraense Emílio Goeldi. Atualmente é um grande centro difusor de pesquisas de ciências naturais e cultural (LOPES, 1997).

Figura 8: Museu Paraense Emílio Goeldi (1875).



Fonte: Página Museu Emílio Goeldi, [s/d], doc. eletr.⁷

Outra instituição simbólica comprometida com a disseminação do método científico foi o Museu Paulista, fundado em 1895 em São Paulo, que teve como impulso de origem o enriquecimento da região, tendo como primeiras coleções espécimes de história natural, artefatos indígenas, jornais e mobiliário oriundo do museu particular do Coronel Joaquim Sertório. Seu primeiro diretor foi o zoólogo alemão Herman von Ilhering. Assim como no

⁷ Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/linhatempo/1895.htm>>. Acesso em set. 2014.

Museu Emílio Goeldi, o contato com pesquisadores estrangeiros era valorizado por permitir uma influência europeia ou norte-americana na Instituição. No mesmo ano foi lançada a Revista do Museu Paulista, na qual:

A presença estrangeira é tão significativa que a própria revista será basicamente elaborada com a colaboração de naturalistas europeus. Apenas 1% dos artigos é de autoria de cientistas nacionais, assim como boa parte dos ensaios são transcritos no idioma original: em inglês, francês ou alemão. Destaca-se também o personalismo de Von Ilhering, que durante o período de sua gestão foi responsável por 40% dos artigos publicados na revista. (SCHWARCZ, 1993, p. 81).

Figura 9: Museu Paulista no século XIX.



Fonte: Página do Museu Paulista, [s/d], doc. eletr.⁸

⁸ Disponível em: <<http://www.mp.usp.br/o-museu/historia-do-museu-paulista>>. Acesso em set. 2014.

Figura 10: Três primeiras Revistas do Museu Paulista



Figuras 1 a 3 – As três primeiras capas da *Revista do Museu Paulista* (1895, 1897, 1898) durante gestão Ihering, editadas pela Typographia a Vapor de Hennies Irmãos, R. Caixa d'Água, 1C, São Paulo.

Fonte: BITTENCOURT, 2012, p. 9 doc. eletr.⁹

No início do século XX houve uma multiplicação de novos museus brasileiros, mesmo com dificuldades financeiras e falta de formação técnica, como nos esclarece Lopes (1997, p.224):

Até o início deste século, outros museus de caráter variado continuariam sendo criados no país: o Museu de Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, em 1907; O Museu do Comércio, no Rio de Janeiro, fundado também em 1907 e dirigido pela Academia do Comércio; o Museu Rocha, do Ceará, que publicava seu boletim como subsídio para o estudo das Ciências Naturais e Arqueologia. Fundado pelo farmacêutico Francisco Dias da Rocha, esse museu trouxe grandes contribuições ao estudo da fauna cearense, particularmente ornitologia; o Museu Anchieta de História Natural em Curitiba fundado, em 1902 por José Venâncio de Melo; o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, criado em 1903, que voltado para a história gaúcha, possuía importantes coleções de História Natural e Etnografia e publicava o seu periódico - a Revista do Museu Júlio de Castilhos. Suas coleções de produtos naturais foram transferidas na década de 1950 para o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais.

Na década de 1920 chegou ao fim a “era dos museus nacionais” com caráter enciclopédico/metropolitano e esses museus passaram a se dedicar especificamente às pesquisas de ciências naturais, pois nesse momento começou a ser priorizada a ciência

⁹ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142012000200006&script=sci_artext>. Acesso em set. 2014.

aplicada com fins econômicos (SCHWARCZ, 1993). Esses novos eventos marcados pela saída de grande parte do corpo técnico dos museus - sendo transferidos para outras instituições estatais - gerou um desmembramento e necessidades de redefinição das coleções, estas sendo transferidas para a salvaguarda de departamentos universitários recém-criados:

O Museu Emílio Goeldi, depois de perder boa parte de seu grupo técnico, é incorporado ao Instituto de Pesquisas da Amazônia. O Museu Paulista vê sua seção de biologia ser transferida, em 1927, para o recém-criado Instituto Biológico e é finalmente integrado à USP, como “instituição complementar” em 1935. A seção de Zoologia da Secretária de Agricultura do Estado, passando mais recentemente a se chamar Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. Por fim, o Museu Nacional, além de sofrer com a saída de parte significativa de seu corpo técnico, padeceu com a falta de recursos e de pessoal capacitado. (SCHWARCZ, 1993, p. 96).

Iniciou-se um novo modelo de fazer museológico, agora dentro do âmbito universitário e, conseqüentemente, houve uma relativa perda de autonomia dos museus que culminou com a realidade de parcerias entre essas instituições e universidades. Contudo, cabe destacar que as instituições museológicas foram os primeiros espaços de produção científica do País. E essa regionalização dos museus pelo território brasileiro deu continuidade à pesquisa das Ciências Naturais, impulsionada pelos acadêmicos interessados em estudar e divulgar o patrimônio científico nacional.

2.1 Fósseis: de evidências a documentos

Os museus como locais singulares que comunicam ideias se fazem lugares oportunos para problematizar o mundo natural, principalmente no que diz respeito a perceber e refletir as relações humanas com a natureza. Sua particularidade entre os demais espaços de salvaguarda se dá pelo diálogo através dos objetos potencializados enquanto documento - e, nessa perspectiva, as coleções paleontológicas carregam valor de bem científico e patrimonial:

O valor científico de um fóssil é atribuído principalmente pelo ineditismo ou por características particulares que permitam à ciência investigar um pouco mais sobre ele, abrindo novas interpretações sobre o seu significado. [...] O valor museológico de um fóssil reflete uma combinação de fatores estéticos, históricos (em casos muito específicos) e educativos. Considerando que uma das funções primordiais do museu é a transmissão de conhecimento, todo fóssil além de possuir apelo estético traz ainda um conteúdo de informações sobre sua origem e o antigo ambiente geológico em que existia será um forte candidato a se transformar numa “peça de museu”, um objeto de valor museológico. (MANZIG; WEINSCHULTZ, 2012, p. 214).

A condição atribuída ao objeto como documento é reforçada pelos diversos estudos na área das Ciências da Informação que se debruçam no caráter de evidência de um indício - destacam-se, nesse sentido, as pesquisas de Suzane Briet na década de 1950 que reforça o valor de evidência enquanto propriedade atribuída ao objeto. O autor Michael Bucklann (1997, apud SMIT, 2008, p.14) aponta quatro condições para a determinação de um documento:

- Materialidade: somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos;
- Intencionalidade: deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo;
- Processamento: os objetos devem ser processados, ou seja, devem ser transformados em documentos;
- Fenomenologicamente: os objetos devem ser percebidos na qualidade de documentos.

Todas essas predeterminações, fundadas nas considerações levantadas por Briet, oferecem condição ideal para a transformação dos fósseis em documentos, colocando o museu como local compatível para a sua salvaguarda para que essa representatividade seja difundida.

Portanto, as instituições museológicas são lugares que evocam memórias e institucionalizam os objetos na condição de documentos, uma vez que tornam-se evidências físicas para comprovar o passado que é efetivado através da pesquisa, resultando em publicações, artigos científicos, exposições e ações educativas propostas pelo museu para compartilhar o patrimônio. Segundo Guarnieri ([1979] 2010b, p.98):

Embora o museu seja certamente o local mais artificial para o convívio dos objetos, porque retirados do seu contexto inicial, nenhum outro lugar ou instituição se lhe compara quanto à eficiência potencial de comunicação porque o museu é, essencialmente, uma casa onde vivem os objetos. Portanto, os museus são, potencialmente, o meio mais adequado para uma relação “religiosa” entre o Homem e o Objeto (uso, aqui, a palavra “religiosa” em seu sentido etimológico e primitivo, de *resligare*, que estabelece a ligação entre o homem que conhece e a “coisa”, o objeto a ser conhecido; não a uso, entretanto, como sinônimo de “sagrado”, que abomino pelo seu caráter elitista). Nesse sentido, o museu tem um grande potencial em estabelecer as relações entre o Homem e o seu Universo.

Nesses espaços dedicados à perpetuação da memória coletiva preservam-se os objetos naturais e culturais, que quando institucionalizados são metamorfoseados em *museália*¹⁰. Para entendermos essa transformação, Peter van Mensch (1994, p.10-11) esclarece:

¹⁰ Uma das definições possíveis para o conceito de *museália*, de acordo com os “Conceitos-chave de Museologia” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.69): “Os naturalistas e os etnólogos, assim como os museólogos, selecionam geralmente aquilo que eles já intitulam como “objetos” em função de seu potencial de

O objeto museológico é o objeto institucionalizado. É o objeto integrado a um museu e sendo atenção de um contínuo processo técnico, científico e administrativo que garanta a sua preservação, documentalidade e comunicação. Esses objetos são selecionados por sua musealidade - propriedade do objeto como documento.

Os objetos perpassam por um processo de musealização, pois são deslocados de sua funcionalidade e tornam-se valorizados por seus atributos, destacando-se como testemunhos representativos da sociedade ou evento. Consoante com Guarnieri ([1990] 2010c, p.205) “[...] a musealização se preocupa com a informação trazida pelos objetos (*latu sensu*) em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade”. Nas palavras de Cury (2005, p.25), a musealização pode ser entendida como:

Podemos dizer que musealização (e o ato de musealizar) é um processo que integra preservação e comunicação, isto porque, a documentalidade refere-se à ensinar algo: o potencial do objeto museológico de ensinar algo a, logicamente alguém. Como testemunho, o objeto deve ser preservado: preservar para ensinar, preservar para comunicar.

De acordo com Guarnieri ([1985] 2010d), o maior desafio do museu contemporâneo é despertar, através da musealização, uma consciência crítica, no qual a informação difundida contribua para uma ação transformadora do homem. Sobre essa “memória musealizada” a autora nos coloca:

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros; e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora, a informação pressupõe *conhecimento* (emoção / razão), *registro* (sensação, imagem, ideia) e *memória* (sistematização de ideias e de imagens e estabelecimento de ligações) (GUARNIERI, [1985] 2010d, p. 149. Grifo da autora).

À vista disso, os fósseis legitimam-se como evidências incontestáveis do passado - não são abundantes na natureza e representam aproximadamente menos de 1% da provável Biodiversidade que existiu no Planeta. Antes mesmo de serem escavados ou extraídos pelos paleontólogos adquiriram condição de “registro”, pois pela legislação brasileira estes possuem proteção estatal.

testemunho, ou seja, pela qualidade das informações (indicadores) que eles podem trazer para a reflexão dos ecossistemas ou das culturas que se deseja preservar. “Os musealia (objetos de museu) são objetos autênticos móveis que, como testemunhos irrefutáveis, revelam os desenvolvimentos da natureza ou da sociedade” (Schreiner, 1985). É a riqueza de informações que eles portam que conduziu etnólogos como Jean Gabus (1965) ou Georges Henri Rivière (1989) a lhes atribuir a qualificação de objetos-testemunhos, que eles retêm uma vez

Na “Era Vargas” (1930 - 1945), mais precisamente no período do Estado Novo (1937 - 1945), diversas instituições foram criadas por Getúlio Vargas como, por exemplo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) iniciou-se um processo de institucionalização do patrimônio da nação. O conceito de Patrimônio se compõe de diversas definições, principalmente se tratando de patrimônio cultural e natural, podendo ser atualizados constantemente. Contudo uma definição apropriada para este estudo é apresentado por Souza (2008, p.27):

O patrimônio pode ser entendido de forma integral ou fragmentada. A primeira contempla conjuntamente os fenômenos culturais e naturais de forma indivisível, única e sem pertencer exclusivamente a uma área do conhecimento. A segunda é capaz de receber adjetivações para especificar a sua área de importância, permitindo a concepção de um patrimônio natural e outro cultural. Essas concepções também podem ser cada vez mais específicas acompanhando as áreas do conhecimento, onde o patrimônio natural contemplaria o patrimônio geológico, biológico, genético, ambiental, e o outro, contemplaria o histórico, arquitetônico, artístico, arqueológico.

Nesse período histórico é aprovado então o Decreto-Lei 25 de 30/11/1937 que trata da proteção do patrimônio artístico e histórico e, posteriormente, em 1942, é aprovado um decreto especificamente para tratar do patrimônio fossilífero nacional. O Decreto-Lei de nº 4.146/42 dispõe o seguinte:

Art. 1º Os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres, devendo, nesse caso, haver prévia comunicação ao Departamento Nacional da Produção Mineral. (BRASIL, [1942] 2014a, doc. eletr.).

Porém, mesmo com a legislação a depredação de fósseis é constante em virtude de seu valor econômico para a produção de inúmeros produtos de consumo. Também existe o mercado de tráfico de fósseis em vários países que não criminaliza essa prática enriquecendo coleções privadas e impossibilitando o avanço de pesquisas científicas em museus e universidades no mundo todo. No Brasil, o livre acesso ao mercado ilegal é grave - o caso mais emblemático se encontra na Chapada do Araripe, em Santana do Cariri no Ceará, onde o tráfico de fósseis é praticado em sua maioria por estrangeiros que se aproveitam da condição social das famílias locais para a exploração deste patrimônio (SIMONS, 2005; PESSOA,

que são expostos. Georges Henri Rivière até utilizou a expressão objeto-símbolo para designar certos objetos-testemunhos, cheios de conteúdo, que poderiam servir para sintetizar toda uma cultura ou toda uma época”.

2005). Em 1973 foi aprovado o Decreto-Lei nº 72.312 no qual estabelece critérios para proibir e dificultar a importação, exportação e transferência de bens culturais, cita-se o artigo 1º:

Para os fins da presente Convenção, a expressão "bens culturais" significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência, e que pertençam às seguintes categorias:

a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objeto de interesse paleontológico [...] (BRASIL, [1973] 2014b, doc. eletr.).

De acordo com o Ministério Público do Piauí (BRASIL, 2014c, doc. eletr.), “[...] a remessa de qualquer fóssil ao exterior pela compra ilegal por museus, universidades e colecionadores particulares estão em desacordo com a convenção assinada por países componentes da ONU”. Pela Constituição do Brasil, os artigos 20, 23, 24 e 216 deixam evidentes que os fósseis são bens da Federação e que é sua responsabilidade a manutenção e salvaguarda:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico científico. (BRASIL [1988] 2014d, doc. eletr.).

Contudo, desde o ano de 2005 tramita no Senado Federal um Projeto de Lei, nº 57/2005, de autoria do senador Pedro Simon, no qual apresenta o que há de mais atual em definições do patrimônio fossilífero, mas infelizmente, há quase dez anos aguarda aprovação. Citamos o artigo um:

Art. 1º Os depósitos fossilíferos existentes em território nacional e os fósseis nele coletados são bens da União, constituindo-se patrimônio cultural e natural brasileiro e sua proteção e utilização obedecerão aos seguintes princípios:

I – geração de conhecimentos científicos sobre o patrimônio fossilífero do País, cabendo ao poder público dar prioridade e incentivos ao fortalecimento da capacidade científica nacional nessa área;

II – responsabilidade solidária do poder público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal nas ações de fiscalização e proteção do patrimônio fossilífero, nos termos do art. 216, § 1º, da Constituição Federal desta Lei;

III – Consideração dos aspectos cultural, histórico, científico, ambiental e social, em quaisquer decisões do poder público que digam respeito, direta ou indiretamente, ao patrimônio fossilífero;

IV – envolvimento da população na proteção do patrimônio fossilífero, por meio de facilidades no acesso à informação e criação de oportunidades sócio-econômicas vinculadas àquela proteção;

V – valorização do patrimônioossilífero brasileiro, por meio de divulgação e ações educativas destinadas à conscientização da sociedade. (BRASIL, [2005] 2014e, doc, eletr.).

A nível estadual, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os únicos estados da Federação que dispõem de uma legislação associada aos fósseis. No estado do RS, a legislação Lei nº 11.738, de 13 de janeiro de 2002 prevê a proteção do patrimônioossilífero e anuncia as cidades que detém uma quantidade considerável de fósseis e a sua condição de patrimônio do Estado, bem como especifica quais indivíduos ou entidades que podem fazer coletas e qual órgão ficará responsável pela administração destes sítios - nesse caso a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Destaca-se o Art. 2º:

Art. 2º - Dependem de autorização oficial a coleta de fósseis, seu transporte para fora do Estado e a exploração sócio-econômica nas áreas de que trata esta Lei.

§ 1º - A coleta de fósseis só poderá ser feita por paleontólogos ou técnicos com atividade afim que estejam desenvolvendo estudo ou pesquisa em instituição pública ou privada oficialmente reconhecida.

§ 2º - A coleta de fósseis por paleontólogo ou técnico com atividade afim, vinculado à instituição de fora do Estado, só poderá ser feita por meio de convênio com instituição de estudo ou pesquisa do Estado, com supervisão ou em companhia de pesquisador desta, devendo os convênios com instituições estrangeiras se submeter à legislação e à aprovação das autoridades federais.

§ 3º - Somente para estudo científico se poderá autorizar o transporte de fósseis que será condicionado à prévia catalogação e assunção de responsabilidade para preservação e retorno.

§ 4º - A exploração sócio-econômica só será permitida para o incremento do turismo, com vista ao desenvolvimento sócio-econômico regional, e sob supervisão de instituição sediada no Estado dedicada à pesquisa em paleontologia.

§ 5º - A exploração turística será feita, preferencialmente, com a instituição de parques paleontológicos, com guias oficialmente credenciados. (RIO GRANDE DO SUL, [2002] 2014, doc. eletr.).

Mesmo havendo matérias vinculadas na mídia e documentários produzidos denunciando essas adversidades¹¹, infelizmente esse quadro preocupante está longe de ter um fim. Com poucos funcionários estatais fiscalizando áreas muito extensas o trabalho de prevenção e apreensões destes materiais fica comprometido. A União encontra dificuldades para enfrentar o problema, enquanto isso, diariamente, as estimativas são de que lotes de fósseis são contrabandeados para fora do País.

¹¹ Cita-se como exemplo o artigo eletrônico “Mixaria no sertão e ouro no exterior: fósseis brasileiros fazem a fortuna de contrabandistas”, Ceará ed. 11, ago. 2007. Disponível em: < <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/11/trafico-no-parque-dos-dinossauros#imagem0>> Acesso em out. 2014. E o documentário: “TV SENADO. Fósseis de Santana”. Santana do Cariri e Nova Olinda: 2001. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LLBhmJMqfPA>>. Acesso em abr. 2014.

Diante disso, entendemos a importância desses acervos naturais que guardam informações do processo de evolução e diversidade da vida a nível planetário, o que desperta nos seres humanos interesse. Assim segundo Pomian (2000, p.510), os fósseis como suportes de memória podem ser:

Desde épocas muito remotas os fósseis chamaram a atenção dos homens. Mas, durante muitíssimo tempo, eram considerados, sobretudo como curiosidades, “brincadeiras da natureza”. Eram inseridos em colecções e admirados, o que constituía também uma maneira de os colocar entre o aquém e o além. Havia que mudar de atitude perante eles para começar a considerá-los, pelo contrário, como monumentos através dos quais pode ser revelado o passado da Terra. Também neste caso, comparando os fósseis entre eles e com os vestígios deixados pelos animais e as plantas hoje vivas, foi possível estabelecer pouco a pouco a sua sucessão e medir os intervalos de tempo interpostos. Deste modo a memória colectiva dos homens estendeu-se a um passado anterior ao aparecimento da espécie humana, e ao mesmo tempo os fósseis mudaram também de categoria tornando-se, de uma curiosidade que eram, os suportes da memória, monumentos: vestígios do passado da Terra, relíquias de seres irremediavelmente desaparecidos.

Os fósseis são divididos em dois tipos: restos (somatofósseis), que são moldes diretos dos seres preservados e vestígios (icnofósseis), que são impressões que se compõem de fragmentos, pegadas, marcas ou dejetos resultado das atividades dos seres. Para uma peça natural ser considerado fóssil, esta deve passar pelo processo de fossilização que ocorre dependendo de determinados fatores ambientais, como esclarece Mendes (1977, p. 08):

O soterramento rápido deve ter sido fator essencial, em quase todos os casos, devido à proteção imediata que oferece aos restos. As condições mais favoráveis à fossilização encontram-se, em geral, nos fundos dos mares e lagos. Muitos organismos, entretanto, são sepultados em cinzas vulcânicas, em depósitos calcários de grutas ou, ainda, em resina ou solos congelados. A presença de bactérias é sempre um fator adverso, pois concorrem para a rápida decomposição dos restos orgânicos.

Figuras 11 e 12: Exemplo de Somatofósseis, trilobita, invertebrado que viveu no período Cambriano e exemplo de Icnofósseis, pegada de saurópodos que viveram no período Triássico.



Fonte: Blog Dom Escobar, [s/d], doc. eletr.¹²

Fonte: Página Ache tudo região, [s/d], doc. eletr.¹³

Esse processamento pode ser a petrificação, que acontece frequentemente nas partes mais resistentes dos organismos como as conchas, os dentes, os ossos e as sementes, através de um processo químico. O soterramento rápido ao longo do tempo vai adquirindo novas camadas de sedimentos originando novas formações de rochas sedimentares, a mais abundante do planeta. Os movimentos da crosta terrestre elevam esses sedimentos acima do nível do mar, ao longo do tempo essas rochas ficam expostas à erosão e outras condições naturais. Sendo assim, os fósseis começam a ficar visíveis, por esse motivo a extração deles por meio de procedimentos técnicos realizados pelo cientista especialista, o paleontólogo, garante a preservação destes para estudos nos museus e universidades (MENDES, 1977).

Existe ainda a conservação em âmbar (resina vegetal) e em raros casos se conserva as partes moles do organismo precisamente em ambientes muito frios. Os procedimentos de conservação dos fósseis podem ser de dois tipos, conforme salienta Souza (2008, p.58):

A primeira corresponde à sua extração da natureza para ser organizado em coleções próximas aos centros metropolitanos (como universidades e museus), visando o seu estudo mais detalhado. Já a segunda forma, corresponde à preservação dos locais onde os fósseis ocorrem na natureza, denominados como jazigos fósseis, sítios fossilíferos ou geosítios.

¹² Disponível em: <<http://domescobar.blogspot.com.br/2010/05/voce-sabia-que-algumas-especies-de.html>> Acesso em out. 2014.

¹³ Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/noticias/dinossauro0023.htm>>. Acesso em out.2014.

Figuras 13 e 14: Inseto preservado em âmbar e fóssil de mamute preservado pelo gelo permanente.



Fonte: Página UFRR, [s/d], doc. eletr.¹⁴



Fonte: Página UFRR, [s/d], doc. eletr.¹⁵

A ciência que faz dos fósseis seu objeto de estudo é a Paleontologia, que subdivide-se em quatro áreas principais: a Paleobotânica (estudo dos vegetais fósseis), a Paleozoologia (estudo dos animais fósseis), a Paleoecologia (estudo dos ambientes e os hábitos de animais e plantas) e a Micropaleontologia (estudo dos microfósseis, como pólenes de plantas). Suas pesquisas estão vinculadas especialmente com a Geologia, a Biologia e a Geografia, embora atualmente outras disciplinas também estejam estabelecendo investigações conjuntas, como a Museologia, a Embriologia, entre outras (MENDES, 1977).

Os acervos paleontológicos incluem também os fósseis dos primeiros hominídeos, porém, estes são objetos de estudo da Paleoantropologia e da Arqueologia. É comum as pessoas acreditarem que os profissionais paleontólogo e arqueólogo executam a mesma atividade, porém, enquanto o paleontólogo estuda os vestígios e os restos de organismos extintos, o arqueólogo estuda os artefatos produzidos pelos seres humanos das mais diversas culturas.

O interesse pelos fósseis está vinculado ao imaginário popular e vem desde a Antiguidade Clássica. Atualmente a sua divulgação em filmes de ficção científica e romances que abarcam o tema dos “dinossauros” acaba despertando nas pessoas a natural curiosidade frente a esses registros, principalmente nas crianças. Basta observá-las quando estão diante de um fóssil de um dinossauro em um museu, seus olhares atentos em meio a tanta fascinação.

¹⁴ Disponível em: <http://ufrr.br/lapa/index.php?option=com_content&view=article&id=85>. Acesso em out. 2014.

¹⁵ Disponível em: <http://ufrr.br/lapa/index.php?option=com_content&view=article&id=85>. Acesso em out. 2014.

Entretanto, a importância dos fósseis vai além, eles fazem parte de um quebra-cabeça de evidências que ajudaria a explicar o movimento das montanhas, a identificar petróleo (microfósseis), estudos de estratigrafia e sondagens geológicas, sem falar da séria contribuição para os estudos de evolução biológica, podendo estabelecer as semelhanças dos seres atuais com os extintos. Para se constituírem em objeto de estudo os fósseis são retirados das camadas que estão soterrados e passam a ser institucionalizados, lhes são atribuídos significados e então são valorizados, transformados em documentos, para logo serem compartilhados.

2.2 Coleções de Paleontologia: preservação e potencialidades do patrimônio fossilífero do Rio Grande do Sul

Ao longo da história científica o olhar do cientista para as coisas foi determinante para que elas adquirissem valor científico e cultural. Por este motivo convém averiguar a trajetória dos estudos paleontológicos no Rio Grande do Sul e as suas potencialidades, bem como refletir como se constituíram os primeiros acervos desses registros que viriam a se transformar em museus.

A Paleontologia como campo científico se estruturou nas primeiras décadas do século XIX, antes esta era uma disciplina auxiliar da Geologia. Muitos pesquisadores consideram o barão Georges Cuvier como o fundador desta ciência por suas contribuições ao estabelecimento das bases da anatomia comparada, isto é, ele comparava as formas fósseis com os seres existentes, auxiliado pelo sistema de classificação biológica desenvolvida por Lineu. Ele também foi o responsável pela separação teórica entre a Mineralogia e Paleontologia, pois antes todos os objetos mineralógicos e fósseis eram considerados como o mesmo material (ISAIA, 2008).

As pesquisas paleontológicas aumentaram consideravelmente em toda a Europa Ocidental deste período, surgiram publicações especiais abordando esse tema, expedições científicas eram organizadas com o propósito recolher e investigar o material fossilífero de todas as regiões conhecidas até então. Cabe ressaltar os estudos de dois geólogos que através de suas pesquisas lançaram as bases fundamentais das investigações paleontológicas que ainda auxiliam os estudos em vigor: o suíço Louis Agassiz e o francês Alcide d'Orbigny. Ambos visitaram o Brasil, o primeiro pesquisou conchas fósseis nas barrancas do Rio Paraná em 1826 e o segundo chefiou uma expedição norte-americana no Amazonas em 1865, vindo a investigar a ictofauna nacional. Os alemães Johann von Spix e Carl von Martius também

participaram de expedições ao País, porém a Paleontologia como ciência aplicada se desenvolveu sobremaneira no século XX devido à procura de petróleo em bacias sedimentares de todo o globo (ISAIA, 2008).

Interessante notar que o crescimento acelerado dos estudos paleontológicos nesses dois séculos indica como esses acervos avançaram em volume nos museus, gerando novas demandas para os sujeitos que ali atuavam, assim como a criação de novas linhas de investigação a partir das coleções museológicas.

Em terras brasileiras as primeiras pesquisas se iniciaram com os viajantes naturalistas, um dos primeiros filósofos naturais que se interessaram pela Paleontologia nacional foi Peter Wilhelm Lund, que viajou ao País em 1825, financiado pelo Museu de História Natural de Copenhagen, para onde mandou a coleção organizada por ele em 1829 quando retornou à Europa. Em 1833 voltou definitivamente ao Brasil e conheceu Ludwig Riedel, que foi diretor do setor da coleção de botânica do Museu Nacional anos mais tarde. Os dois viajaram juntos pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas Lund fixou-se em Minas Gerais, onde conheceu outros pesquisadores. Suas contribuições vão desde estudos da fauna, explorações nas cavernas de Lagoa Santa (onde encontrou o maior acervo brasileiro de fósseis humanos), estudos de Arte Rupestre e principalmente suas descobertas de fósseis de espécies desconhecidas na época, o que lhe rendeu o título de pai da Paleontologia Brasileira (LUNA FILHO, 2007).

Outros pesquisadores também tiveram destaque no território nacional, dentre eles, salientamos Domingos S. Ferreira Pena que pesquisou conchas marinhas no Pará em 1876; nos anos iniciais do século XX Sir Arthur Smith Woodward foi responsável por classificar um vertebrado, *Scaphonyx fischeri*, extraído em 1902 por João Guilherme Fischer em Santa Maria, RS:

Em 1907, durante o governo de Afonso Pena, foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico no Brasil. Isto fez frutificar a Paleontologia com a elaboração de uma série de trabalhos clássicos e que em anos seguintes se desenvolveram na área. Foi marco inicial para a formação de um núcleo de paleontólogos nacionais. [...] Em 1913 veio à luz uma série de monografias paleontológicas publicadas pelo Serviço Geológico e Mineralógico. As monografias somaram volumoso e bem ilustrado trabalho, no qual J. M. Clarke descreveu os fósseis devonianos do Pará e do Paraná. Mais tarde outras instituições devotadas aos estudos geológicos (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo e Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) contribuíram para a ampliação dos conhecimentos paleontológicos no Brasil (ISAIA, 2008, p. 26-27).

No panorama museológico as gestões no Museu Nacional, por exemplo, de Frederico Burlamaque, categorizaram o estudo da Paleontologia no museu e ele utilizava a coleção para

ministrar aulas na Academia Militar. Outro destaque foi Charles Frederick Hartt, autoridade em estudos geológicos e da História Natural da América; e de Orville Adelbert Derby, que atuou no Museu e no Serviço Geológico do Brasil. De acordo com Lopes (1997, p.327):

A esse respeito, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a gestão de Burlamaque se constitui em um marco institucional para o início da pesquisa sistemática em Paleontologia no país, o que, até agora, não fora destacado por nenhuma das histórias sobre os estudos geológicos entre nós.

Tais estudos progrediram abundantemente no Brasil a partir da década de 1940, mas a divulgação ainda era incipiente. O desenvolvimento de políticas petrolíferas liderado pelo Conselho Nacional do Petróleo (1939 - 1960) impulsionou novas descobertas fossilíferas e contribuiu para o crescimento da Micropaleontologia, demandando formação e contratação de novos paleontólogos:

Nas últimas décadas a pesquisa de fósseis no Brasil ficou sediada principalmente na seção de Paleontologia do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Museu Nacional da Quinta da Boa vista (Rio de Janeiro), no Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo e nos Institutos de Geociências das Universidades (ISAIA, 2008, p. 28).

No Rio Grande do Sul, a potencialidade dos fósseis é eminente, atraindo a atenção de muitos pesquisadores, dentre os quais citamos Llewellyn Ivor Price, gaúcho de Santa Maria, foi um pesquisador pioneiro nos estudos de paleovertebrados no Brasil, ajudou a criar subsídios para o desenvolvimento de uma infraestrutura adequada e na consolidação das pesquisas paleontológicas no País com o suporte do DNPM. O professor Price foi orientador dos paleontólogos Carlos de Paula Couto e Mário Costa Barberena (MANZIG; WEINSCHULTZ, 2012).

Figura15: Llewellyn Ivor Price



Fonte: Blog 4 PB, [s/d], doc. eletr.¹⁶

Carlos de Paula Couto atuou no Museu Júlio de Castilhos, porém como a instituição não oferecia estrutura adequada para o estudo paleontológico ele foi para o Rio de Janeiro trabalhar no Museu Nacional e, posteriormente, veio a ser o primeiro diretor da Fundação Zoobotânica do RS. Também é conhecido por sua preocupação com a destruição dos afloramentos fósseis, conseguindo apoio e aprovação de Getúlio Vargas para a inclusão dos fósseis como patrimônio natural e cultural nacional através de legislação pertinente. Seu trabalho se desenvolveu no campo da Paleomastozoologia (CPRM, 2012, doc. eletr.).

Figura16: Carlos de Paula Couto



Fonte: Página CPRM, [s/d], doc. eletr.¹⁷

¹⁶ Disponível em: <<http://4.bp.blogspot.com/-FxRVOiSCAZc/TuAL9-KqjqI/AAAAAAAAALuQ/15aRxiGk0fs/s1600/Llewellyn%2BIvor%2BPrice.jpg>>. Acesso em out. 2014.

Outro importante paleontólogo e professor da UFRGS, pioneiro em investigações do patrimônio fossilífero foi Mário da Costa Barberena, que trabalhou com a temática dos répteis fósseis na década de 1960. Ele deu continuidade ao trabalho de afloramentos Triássicos em conjunto com os irmãos Abrahão e Daniel Cargnin. Juntos, a equipe empreendeu descobertas significativas.

Figura 17: Mário Barberena



Fonte: Página CBP Brasil, [s/d], doc. eletr.¹⁸

Destacamos também o papel notável do paleontólogo e professor emérito da UFRGS Irajá Damiani Pinto que fundou o Museu de Paleontologia do Instituto de Geociências e o Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR), seu trabalho abordou os estudos de ostracódeos fósseis e sua atuação garantiu o fortalecimento do curso de Geologia e o desenvolvimento de linhas de pesquisa em Programa de Pós Graduação em Paleontologia na Instituição.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=529&sid=8>>. Acesso em out. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.cbpbrasil.org/site/pt/homenageados>>. Acesso em out. 2014.

Figura18: Prof. Irajá Damiani Pinto



Fonte: Página ClicRBS, [s/d], doc. eletr.¹⁹

Outro pesquisador destaque foi o Padre Daniel Cargnin, um paleontólogo autodidata que pesquisou e desenvolveu trabalho de campo em cidades do interior do estado (Candelária, General Câmara, Santa Maria, Mata, entre outras). Os materiais coletados por ele em jazigos da Formação Santa Maria vieram a se constituir ou fazer parte de acervos de vários museus, dentre eles o Museu Vicente Palotti, o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, o Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, o Museu Gama D'Eça de Santa Maria, entre outros. Em 1976, na cidade de Mata/RS, onde morava, chamou a atenção da comunidade local para a importância dos fósseis e de sua preservação. Com o apoio da população, da Prefeitura Municipal e da Universidade de Santa Maria, o padre conseguiu a aprovação da implantação de uma reserva ecológica com mais de três hectares na cidade, que apresenta um índice abundante de troncos fossilizados; conforme a legislação local o parque permanece protegido. De acordo com Isaía (2008, p. 58):

A fundação do Museu Paleontológico, obra de Cargnin e a construção de um excelente hotel turístico, aliado à intensa divulgação que a partir de 1983 a Planalto Turismo de Santa Maria passou a exercer, através do seu Diretor, o Economista Abdon Barreto Filho, tudo isso fez com que a cidade de Mata seja hoje um símbolo cultural, ecológico e turístico no interior do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/obituariozh/2014/06/26/iraja-damiani-pinto-1919-2014/?topo=13,1,1,,1,13>>. Acesso em out. 2014.

Figura19: Daniel Cargnin



Fonte: Wiki Dois Conhecimento e Comunicação, [s/d], doc. eletr.²⁰

As informações apresentadas demonstram que todos os cientistas mencionados contribuíram ou foram responsáveis de alguma forma pela criação de instituições museológicas ou coleções com tipologia fóssil no Estado. Percebiam nos museus um meio de divulgação significativo de suas descobertas e uma forma de conscientizar a comunidade para a importância da preservação desses registros. Também obtiveram apoio institucional das universidades que atuavam para que pudessem construir e fortalecer o seu campo teórico e prático.

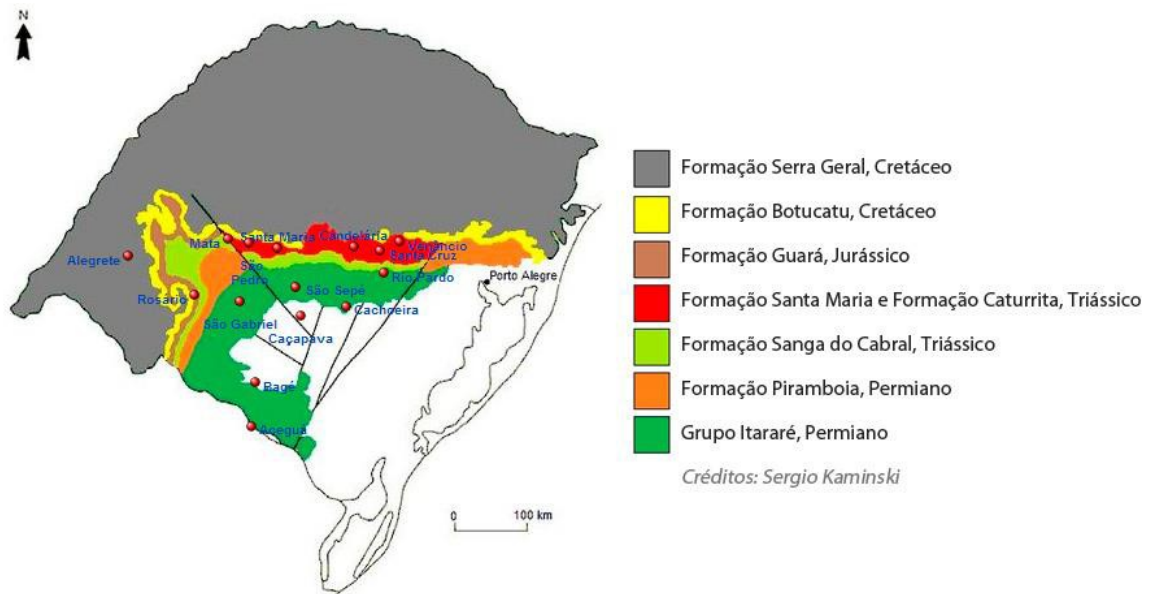
No que diz respeito à formação de paleontólogos, foram responsáveis por uma nova geração de profissionais e fonte de inspiração para as comunidades em que estavam inseridos. Consolidaram a pesquisa e a divulgação desse patrimônio no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e a difundiram para o mundo. Assim, reconhecer o trabalho desses indivíduos é um gesto a fim de respeitar as pessoas que muitas vezes se dedicaram de maneira exclusiva à pesquisa, atividade essa marcada frequentemente à base de recursos escassos, mas muito empenho.

É importante salientar que o Brasil reúne em seu território três bacias sedimentares principais que têm alta ocorrência de fósseis, denominadas Bacia do Amazonas, Parnaíba e

²⁰ Disponível em: <http://www.doisac.com/wiki/index.php?title=Regi%C3%A3o_Centro:_Cidades_e_Not%C3%ADcias_%E2%80%93_Edi%C3%A7%C3%A3o_2>. Acesso em out. 2014.

Paraná. Os fósseis nacionais decorrem ainda do período Pré-cambriano (consultar figura 21). A Bacia do Paraná se estende por toda a região sul brasileira, abrangendo o Rio Grande do Sul, portanto oferecendo um alto potencial fossilífero. Abaixo apresentamos o mapa indicando as principais formações geológicas do Estado:

Figura 20: Formações geológicas do Rio Grande do Sul

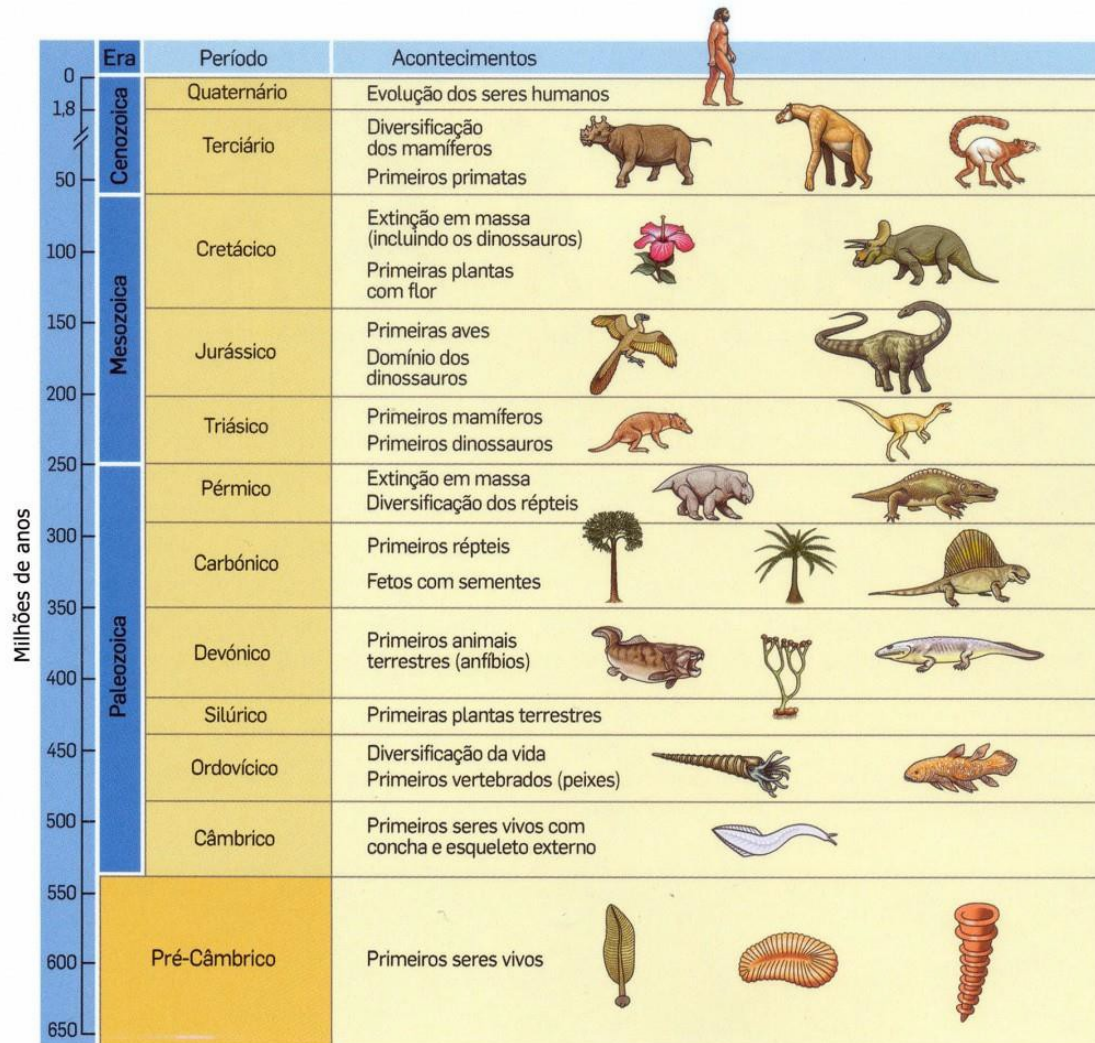


Fonte: Central Sul Agência de Notícias, [s/d], doc. eletr.²¹

Uma das maneiras de entender e pesquisar os fósseis se encontra na tabela de escala geológica. Ao longo do tempo geológico, a Terra apresentava somente um continente, a Pangeia e durante um período extenso em milhões de anos os continentes foram se dividindo até formarem os continentes que hoje conhecemos. Esse conhecimento é muito importante para que possamos visualizar em uma escala básica como ocorreu esse processo. A figura 21 indica na tabela as Eras e os Períodos da história planetária, nas quais os paleontólogos podem investigar o desenvolvimento e evolução da vida no Planeta, bem como entender como ocorreram as extinções de massa e suas causas, conhecimento essencial para se verificar os afloramentos de rochas e níveis de estratigráficas. Estratigrafia, de acordo com Soares (2014, doc. eletr.) é um “Ramo da Geologia que estuda as sequências de camadas de rochas sedimentares - ou estratos - e a sua idade, buscando determinar os processos e eventos que as formaram”.

²¹ Disponível em: <<http://centralsul.org/2014/paleontologia-descobertas-atraves-da-pesquisa/>>. Acesso em out. 2014.

Figura 21: Tabela do Tempo Geológico



Escala geocronológica (ou escala do tempo geológico).

Fonte: Página Espaço Ciências, [s/d], doc. eletr.²²

O histórico das instituições museológicas que apresentam fósseis em seus acervos no Rio Grande do Sul se inicia no princípio do século XX, com a criação do Museu do Estado Júlio de Castilhos, em 1903. Como acontecia com outros museus do período, a instituição apresentava um acervo eclético, isto é, não era separado por áreas distintas. Porém, em 1955 as coleções foram desmembradas, as de Arte formaram o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), os acervos de históricos permaneceram no Museu Júlio de Castilhos e os acervos de História Natural, incluindo a coleção de fósseis reunidas por Carlos de Paula Couto, formaram o Museu Rio-grandense de Ciências Naturais (BUCKUP, 2005).

²² Disponível em <<http://espacociencias.com/site/ciencias-7o-ano/a-terra-Conta-a-sua-historia/a-escala-do-tempo-geologico/>>. Acesso em out. de 2014.

Desde 1972 o Museu de Ciências Naturais faz parte da Fundação Zoobotânica, que é a instituição designada para administração e proteção dos sítios fossilíferos do Estado. Em 2007, o Museu lançou a Exposição: “Dinossauros: Ciência e Ficção” que agora também é itinerante. Tem como objetivo central a divulgação da Paleontologia. Encontra-se entre as representações a reconstituição de uma luta que ocorreu há 80 milhões de anos envolvendo um Protoceratops e um Velociraptor, seres que habitaram a Mongólia. Há também informações sobre fósseis, a origem dos dinossauros, a anatomia e a sua extinção (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

Figura 22: Exposição “Dinossauros: Ciência e Ficção”



Fonte: CBP Brasil, [s/d], doc. eletr.²³

Dando continuidade ao contexto museológico dos acervos fósseis no Rio Grande do Sul realizou-se uma pesquisa no Guia de Museus do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2013), fazendo um levantamento dos museus das sete regiões museológicas, vinculadas ao Sistema Estadual de Museus, de tipologia de Ciências Naturais e História Natural. Constatamos que muitas instituições apresentam em seus acervos registros fósseis, mas essas coleções não foram indicadas como de Paleontologia no guia. Abaixo segue uma tabela desta investigação.

²³ Disponível em: <http://www.cbpbrasil.org/site/pt/novidades/Exposicao-Dinossauros-Ciencia-e-Ficcao?id_no_vidade=18>. Acesso em out. de 2014.

Quadro 1: Museus no RS que possuem coleções de fósseis

MUSEU	NATUREZA ADMINISTRATIVA	CIDADE
Museu de Paleontologia Prof ^o . Irajá Damiani Pinto	Público/ Universitário UFRGS	Porto Alegre
Museu Educativo Gama D'Eça	Público/ Universitário UFSM	Santa Maria
Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter	Público/ Universitário UFPel	Pelotas
Museu de Ciências e Tecnologia	Privado/ Universitário PUCRS	Porto Alegre
Museu Anchieta de Ciências Naturais	Privado/Escolar	Porto Alegre
Museu de Ciências Naturais	Privado/ Universitário ULBRA	Canoas
Museu de História Geológica do Rio Grande do Sul	Privado/ Universitário UNISINOS	São Leopoldo
Museu de Ciências Naturais	Privado/ Universitário UNIVATES	Lajeado
Museu de Ciências Naturais	Privado/ Universitário UCS	Caxias do Sul
Museu Histórico e Cultural Vicente Pallotti	Privado	Santa Maria
Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues	Público	Candelária
Museu de Geologia da CPRM	Público	Porto Alegre
Museu de Ciências Naturais FZBRS	Público	Porto Alegre
Museu Municipal Guido Borgomanero	Público	Mata
Museu Padre Daniel Cargnin	Público	Mata
Museu Municipal Paleontológico e Arqueológico Prof ^o . Walter Ilha	Público	São Pedro do Sul
Museu Municipal CEL. Tancredo Fernandes de Mello	Público	Santa Vitória do Palmar
Ecomuseu da Praia do Hermenegildo	Privado	Santa Vitória do Palmar
Museu Olívio Otto	Público	Carazinho
Museu de História Natural de Alegrete – CEPAL	Privado	Alegrete
Museu Regional do Alto Uruguai	Privado	Erechim
Museu Zoobotânico Augusto Ruschi – MUZAR	Privado	Passo Fundo

Fonte: Dados de pesquisa da autora, 2014.

Os museus que possuem acervos de Paleontologia encontram diversas adversidades no Estado, pois os museus enfrentam problemas sérios como: a falta de recursos financeiros, que gera impacto na falta de pessoal qualificado para realizar a curadoria, a preservação, a documentação e as exposições nas instituições museológicas.

A função expositiva dos museus, via de regra, é exercida de maneira deficitária, refletida em expositores inadequados e com uma comunicação visual que muitas vezes não atende nem as mínimas exigências de estética, muito menos de didática. [...] O problema principal continua sendo o modo como as peças são expostas, pois mostrar numa vitrine material geológico e paleontológico acarreta algumas dificuldades adicionais, começando pelo conhecimento insuficiente que o público possui nessa área até a tradução inadequada de um conceito científico para uma linguagem popular (MANZIG; WEINSCHULTZ, 2012, p. 212).

Quando disponíveis, são utilizados alguns recursos audiovisuais nos museus para representar os fósseis. Dentre os meios destacamos a adoção das réplicas para facilitar o manuseio em exposições, por vezes transformadas em acervo didático. São utilizados em oficinas de ciências naturais e nas escolas quando os alunos passam pela experiência de produzir suas próprias réplicas. O uso desses artifícios também proporciona a preservação dos fósseis, já que estes são peças raras e delicadas.

Outro recurso utilizado é a Paleoarte, que permite visualizar como poderia ter sido o ambiente onde viviam os seres pré-históricos. É pertinente frisar que não é uma ciência absoluta, é uma aproximação da realidade que conhecemos sobre a que poderia ter existido feita em conjunto entre paleontólogos e artistas ambientando cores e formas. Essa técnica facilita a divulgação científica por meio de imagens.

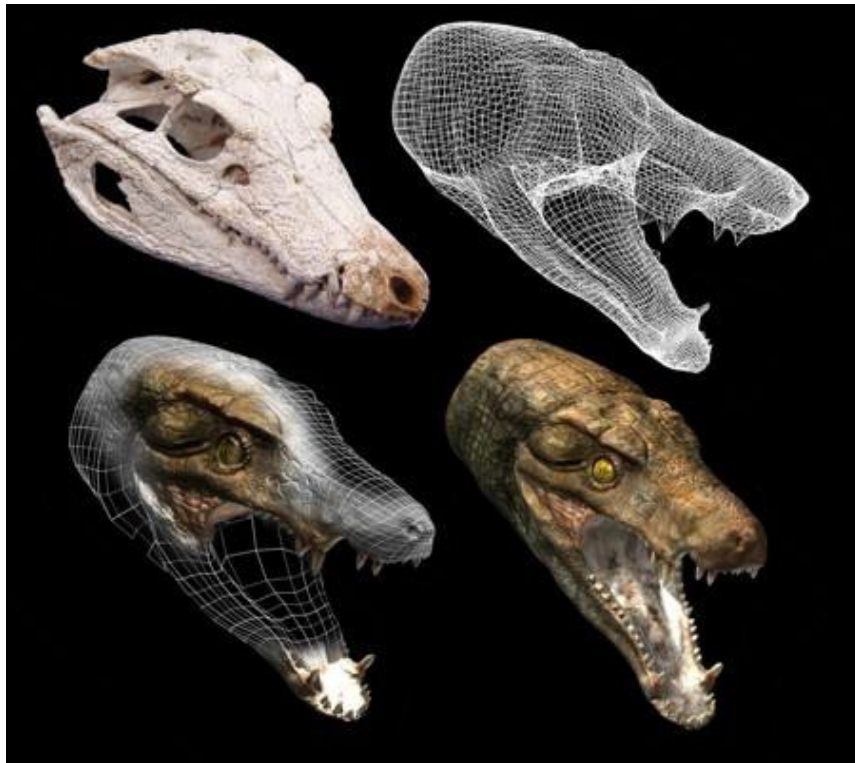
Com a explosão da Era Digital, a reconstrução digital dos animais pré-históricos proporciona a replicação das peças através de *scanners* e impressoras 3D. Essa tecnologia facilitou também a aplicação de animação computadorizada e a sua transformação em instrumento de pesquisa (MANZIG; WEINSCHULTZ, 2012).

Figura 23: Aquarela pintada pelo geólogo Henry De la Beche em 1830.



Fonte: Página Wikipédia, [s/d], doc eletr.²⁴

Figura 24: Reconstrução Digital.



Fonte: Página UFRJ, [s/d], doc. eletr.²⁵

²⁴ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paleoarte>>. Acesso em out. 2014.

²⁵ Disponível em: <http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=4927>. Acesso em out. 2014.

Na região central do Estado, como já salientado no mapa acima, há alta ocorrência de sítios fossilíferos e nesse percurso fazem parte algumas cidades que compõe a Rota Paleontológica que abrange as cidades do Km 270, conhecida como “rodovia dos dinossauros”. As cidades de Mata, Santa Maria e São Pedro do Sul apresentam um importante depósito de paleobotânica, pois detêm Geoparques de conservação natural e museus que em parcerias com as universidades promovem a preservação, a pesquisa e a difusão sobre os achados fósseis da localidade.

Atualmente um grupo formado por pessoas de diversas áreas do conhecimento, da cidade de Santa Maria, idealizam a criação de uma ONG e do Instituto Paleorrota²⁶, no qual planejam desenvolver um trabalho conjunto que agrupe interessados no tema do meio público e privado em prol da sensibilização e a difusão paleontológica. Por isso foi elaborado pelo grupo uma proposta de iniciativa popular que busca apoio da esfera política e privada por meio da aprovação de um Projeto de Lei tornando a rota um roteiro oficial de turismo sustentável, pesquisa e educação paleontológica. De acordo com Sergio Kaminski (2014, p.2), a aprovação do Projeto é importante, pois:

Há um potencial para mais de um milhão de turistas na região, mas atualmente menos de 10 mil turistas visitam a região por ano, sendo que o mínimo esperado seriam 150 mil. Estes problemas com a demanda de turistas ocorrem devido a inúmeros fatores: 1. Falta da união entre o poder público e a iniciativa privada. 2. Falta de trabalhos conjuntos entre Turismo, Pesquisa e Educação na paleontologia. 3. Os 41 municípios envolvidos trabalham separadamente não tendo seus projetos um alcance maior necessário. 4. Falta de uma política Estadual para administrar o geoparque. 5. Falta do envolvimento das Secretarias de turismo Estadual e Municipais, por se tratar de um assunto que requer um conhecimento muito específico. 6. Falta de continuidade nos projetos, pois as gestões mudam a cada quatro anos. 7. Brigas político partidárias no Estado e nos Municípios. 8. O baixo número de pessoas realmente envolvidas com os problemas da região. 9. A baixa demanda de turista, gerando baixa rentabilidade para a iniciativa privada. 10. Baixa arrecadação de impostos, devido à baixa quantidade de turistas.

²⁶ Fonte: Blog da Paleorrota. Disponível em: <http://paleorrota.blogspot.com.br/>. Acesso em out. 2014.

Figura 25: Bandeira Paleorrota.



Fonte: Blog Paleorrota, [s/d], doc. eletr.²⁷

Figura 26: Mapa da Paleorrota.



Fonte: Blog Paleorrota, [s/d], doc. eletr.²⁸

Quanto às instituições museológicas da região, a cidade de Candelária apresenta o Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues²⁹, no qual inicialmente o acervo reunia apenas peças históricas, mas por meio de um contato com o professor Dr. César Leandro Schultz, do Laboratório de Paleontologia de Vertebrados da UFRGS, foi possível perceber na Paleontologia um potencial de desenvolvimento local, pois o território se encontra em local privilegiado rodeado de sítios fossilíferos (BENCKE; GEHRKE; SOARES, 2011).

A equipe do Museu se esforça em divulgar o patrimônio fóssil local promovendo parcerias com variados eventos, como feiras e exposições, e busca apoio veemente com instituições e universidades (UFRGS, UFSM, Unipampa, Fundação Zoobotânica, Museu

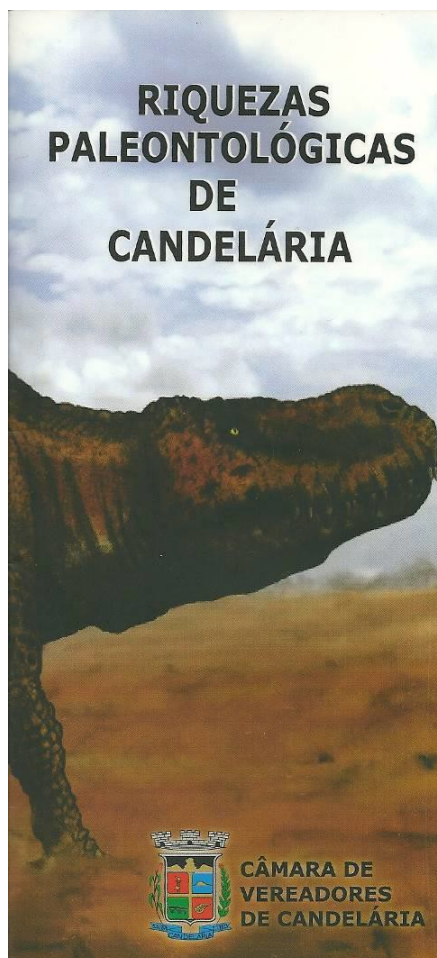
²⁷ Disponível em: <<http://paleorrota.blogspot.com.br/>>. Acesso em out. 2014.

²⁸ Disponível em: <<http://pt.wikivoyage.org/wiki/Paleorrota>>. Acesso em out. 2014.

²⁹ O museu faz parte da Rota Paleontológica, seu horário de atendimento é de segunda a sexta, das 08:00 às 11:30hs e das 13:30 às 17:00hs e aos sábados das 08:30 às 11:00hs; domingos e feriados somente mediante agendamento.

Nacional), além de outros museus da região articulando ações que exponham a importância desses registros como meio de expansão cultural de toda a sociedade. Infelizmente como muitos museus no âmbito estadual, a Instituição enfrenta vários problemas de ordem financeira, falta de equipe técnica, falta de um laboratório e equipamentos, mas supera as dificuldades impostas com a dedicação por parte dos voluntários que lá atuam (NOVOA, 2013).

Figura 27: Folder de Divulgação do Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues



Fonte: Câmara de Vereadores de Candelária, [s/d].

De acordo com a página eletrônica do Museu Vicente Pallotti³⁰, situado em Santa Maria, o acervo museológico se iniciou em 1935 na figura dos padres Palotinos e em 1964 o Padre Daniel Cargnin assumiu o museu, influenciado pelo seu natural interesse paleontológico. Desde 1982 a Instituição adquiriu condição pública municipal por meio da Lei 2440/82. O seu acervo eclético reúne artes visuais, arqueologia, história natural, ciências

³⁰ Disponível em: <<http://www.pallotti.com.br/museu/>>. Acesso em out. 2014.

naturais e história. A Sociedade Vicente Pallotti é a proprietária e mantenedora do Museu, que também faz parte da Rota dos Dinossauros³¹.

De maneira equivalente, o Museu Padre Daniel Cargnin³², localizado na cidade de Mata, pretende atrair turismo sustentável para a região, além de ambicionar o título de patrimônio da humanidade. A instituição recebeu este nome em homenagem ao paleontólogo Daniel Cargnin, que coletou mais de 80% dos fósseis da região de Mata e inspirou a população à proteção desses registros (LEGISLATIVO MATENSE, doc. eletr., 2009).

Nessas circunstâncias, se a pretensão é dar notoriedade à “Rodovia dos Dinossauros”, esses museus da localidade são os espaços que mais têm a procura por parte de turistas como lugares de disseminação geocientíficas. Por isso, se o poder público perceber essa potencialidade e qualificar ainda mais nossos museus, tal ação permitirá o despertar de uma consciência coletiva para a reflexão e a valorização em torno desses registros, indo muito além da fruição estética. Essa noção vai de encontro com o que Liccardo (2013, p.219) apresenta:

O geoturismo pode ser um grande aliado em vários aspectos benéficos para o patrimônio. Como aponta o paleontólogo Ismar Carvalho (UFRJ), a implantação de um turismo paleontológico como atividade economicamente rentável é questão de cidadania e demanda uma reorientação nas políticas públicas. A partir da divulgação dos fósseis e da ciência da Paleontologia como um potencial atrativo turístico, a própria conservação desse patrimônio pode ser um fator de desenvolvimento sustentável e de identidade cultural.

A Paleontologia é um tema que atrai a população, pois é um assunto rodeado de imaginário intenso sobre os seres pré-históricos. Demonstração dessa afirmação é o fenômeno recente observado, que são as exposições temáticas promovidas em *shopping centers* de todo o Brasil abordando os “dinossauros”. Atentos a essa potencialidade, inúmeras empresas privadas têm criado exposições de cunho mundial para percorrer esses centros de compras oferecendo mostras expográficas interativas, que no final as pessoas “adquirirem” objetos de consumo sobre o assunto, movimentando um alto montante financeiro.

O caso mais recente é a Exposição de curta duração “O Mundo dos Dinossauros” que foi exibido em um *shopping center* em Porto Alegre/RS em setembro de 2014. Tal exibição trouxe à cidade réplicas que emitiam sons e faziam movimentos (*animatronics*) de tamanho real de dinossauros que viveram no Período Jurássico. A atividade era gratuita, com exceção do cinema que era cobrado um ingresso no valor de 10,00 reais. A divulgação da exposição foi amplamente promovida pelos principais pontos da cidade de Porto Alegre através de

³¹ O museu fica aberto de terça a sexta das 13:00 às 17:00 hs e não abre nos fins de semana.

³² O museu faz parte também da Paleorrota e abre todos os dias da semana.

outdoors. Na frente do *shopping* tinha um *container* e em cima deste um dinossauro em tamanho real, que viveu na América do Norte a 150 milhões de anos atrás.

A exibição é uma adaptação para *shoppings centers*, vinda da Europa, uma produção realizada por uma empresa de entretenimento do estado de São Paulo, está sendo exposto em diversos *shoppings* do Brasil, com a curadoria de um paleontólogo. Não houve nenhuma ação ou material de distribuição de cunho educativo, ou a presença de mediadores para tirar dúvidas do público quanto à apresentação no *shopping* de Porto Alegre. No *site* da empresa produtora do evento foram disponibilizados inúmeros vídeos que retratam o histórico de cada um dos animais expostos, mas essa informação não foi encontrada em nenhum momento na exposição.

Se por um lado essas mostras podem parecer nocivas do ponto de vista do incentivo ao consumo capitalista, por outro, podemos trazer a reflexão, a importância e quem sabe sensibilizar o olhar das pessoas para a preservação desse patrimônio científico cultural, evidentemente se tais informações forem disponibilizadas e incentivadas nessas exposições.

Outro mercado em expansão são os dos parques temáticos, que entre outros temas abordam também os dinossauros. A cidade de Canela/RS apresenta um desses empreendimentos com réplicas que se movimentam e emitem sons. Essas atrações levam um número elevado de visitantes anualmente à região. Com a gestão municipal voltada para o turismo, a localidade, independente da época do ano, apresenta inúmeros eventos aos seus turistas e infraestrutura adequada para atender a demanda. Segundo dados do portal do turismo³³ das cidades de Gramado e Canela/RS, ambas recebem mais de 2,5 milhões de turistas anualmente, o que representa um alto investimento tanto da iniciativa privada quanto do poder público.

Se parte das ações desenvolvidas, semelhantes às de Gramado e Canela, fossem seguidas pelos gestores governamentais da Rodovia dos Dinossauros, como a modernização dos museus, a ampliação de contratações de pessoal especializado, o investimento em infraestrutura nas cidades e uma divulgação consistente, essas ações atrairiam também um fluxo maior de visitantes para esses municípios.

Assim sendo, em circunstância da Copa do Mundo no Brasil no ano de 2014 foi realizado entre as prefeituras de Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul e Mata uma parceria para promover os municípios como destino de turístico paleontológico. A

³³ Fonte: Site Gramado Canela: Disponível em: < <http://www.gramadocanela.com.br/pontos-turisticos-degramado/>>. Acesso em out. 2014.

divulgação segundo o *site* da Prefeitura de Santa Maria³⁴ contou com peças publicitárias como *outdoors* e *folders*.

Desse modo, foi montada a exposição itinerante “Fósseis do Triássico”, que apresentou uma diversidade de fósseis das cidades parceiras e uma réplica em tamanho natural do *Starikosaurus Pricei*, dinossauro encontrado em Santa Maria no ano de 1936 pelo paleontólogo gaúcho Llewellyn Price. A exposição percorreu os *shoppings* da cidade, após seguiu para a capital, Porto Alegre, onde foi realizada a campanha “Santa Maria e Região na Copa do Mundo 2014”.

Figura 28: Roteiro Paleontológico



Fonte: Rede Social Roteiro Paleontológico, [s/d], doc. eletr.³⁵

³⁴ Fonte: Site da Prefeitura de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/8439-prefeitura-lanca-campanha-santa-maria-e-regiao-na-copa-do-mundo-2014-nesta-quarta-28>>. Acesso em out. 2014.

³⁵ Disponível: <<https://www.facebook.com/roteiopaleontologico/photos/pb.1508487999372933.-2207520000.1414854451/1517838805104519/?type=1&theater>>. Acesso em out, 2014.

Figura 29: Exposição “Fósseis do Triássico” em um shopping de Porto Alegre, 2014.



Fonte: Rede Social Turismo Santa Maria, [s/d], doc. eletr.³⁶

Atualmente os fósseis também se transformam em brinquedos, que proporcionam às crianças a possibilidade de interagir com a profissão de paleontólogo e ter contato com figuras de fósseis pouco visualizados como peixes, trilobitas (invertebrado que viveu no período Cambriano, consultar a figura 21) entre outros, pois os registros mais vinculados na mídia e reproduzidos são os da Era Mesozóica (consultar figura 21). Inúmeras estratégias podem ser estimuladas ao público infantil, como os jogos:

Projetos de elaboração de jogos com cunho paleontológico são frequentemente trabalhados pela área; porém, a maioria dos jogos desta natureza que chega ao mercado está ainda ligada à Era Mesozóica, recorte da história da Terra muito apreciado pelo público. Inúmeras possibilidades de jogos referentes a outros períodos geológicos podem (e devem) ser também incentivados e comercializados, pois é um suporte de aceitação estabilizada e de fácil compreensão, divulgando o potencial desta ciência como um todo integrado (FARIA; VIEIRA; MACHADO; MATOS; PONCIANO; NOVAES, 2007, p. 170).

Essas atividades também podem ser incentivadas nos museus como recursos para atrair o público escolar antes ou depois da visita mediada, para que esses possam interagir com os objetos através de experiências sensoriais.

³⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/turismosantamaria/photos/a.500216373380558.1073741828.499625923439603/686718881396972/?type=1&theater>>. Acesso em out. 2014.

Figura 30: Tubo de fósseis



Fonte: Página Loja Monte Sorriso, [s/d], doc. eletr.³⁷

Figura 31: kit de escavação.



Fonte: Página E Coisas Utilidades, [s/d], doc. eletr.³⁸

³⁷ Disponível em: <<http://montessorriso.com.br/loja/tubo-fosseis/>>. Acesso em out. 2014.

³⁸ Disponível em: <<http://www.ecoisas.com.br/utilidades/brinquedos-educativos/brinquedo-educativo-t-rex-esca-vacoes.html>>. Acesso em out. 2014.

Figura 32: Brincadeira em casa.



Fonte: Blog Love Play, [s/d], doc. eletr.³⁹

Mediante isso, salientamos a importância da função educativa nos museus, em especial quando pensada em conjunto por toda a equipe das instituições através de todas as ações, que vão desde a gestão administrativa e dos acervos até a exposição museológica, pois essas práticas potencializam a divulgação científica, do patrimônio natural e cultural, trazendo benefícios contínuos para a sociedade.

³⁹ Disponível em: <<http://www.loveplayandlearn.com/2013/02/dinosaur-fossil-excavation-sensory-activity.html>>. Acesso em out. 2014.

3 EM BUSCA DA GESTÃO COMPARTILHADA DO PATRIMÔNIO: Um estudo de caso do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto

Neste capítulo pretendemos discorrer sobre uma possível gestão compartilhada entre museólogos e paleontólogos, no qual terão como propósito partilhar o conhecimento científico e cultural acerca dos fósseis para a comunidade. Dessa maneira, acreditamos que uma aproximação entre os dois profissionais contribui para uma administração museológica plenamente satisfatória.

Gestão é um conceito moderno, popularizado após o advento da Segunda fase da Revolução Industrial no fim do século XIX (ou fase do aço e da eletricidade), que trouxe com ela demandas antes inexistentes, no sentido de adaptar novos métodos que conduzissem as organizações para um crescimento contínuo através de planejamento e aplicação de técnicas administrativas, contemplando uma percepção do todo, para assim gerir uma instituição com qualidade (CHIAVENATO, 2003). Em linhas gerais, o termo gestão é a ação de administrar ou dirigir atividades complexas, no qual segundo Silva (2013, p.06): “[...] é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas da organização”.

Nas instituições museológicas a aplicação de metodologias e conceitos advindos da Administração é recente, posterior à década de 1980. Atualmente tem-se incentivado os museus brasileiros à aplicação desses procedimentos como uma ferramenta de desenvolvimento museal, pois os auxilia na busca em promover e integrar as suas diversas áreas de atividades, tanto na revitalização de uma organização existente, quanto em um processo de implantação de uma nova instituição (ALMEIDA, 2013).

Nos museus, a gestão aplicada por meio de um planejamento museal apresenta algumas singularidades, pois busca estabelecer um relacionamento sustentável com a comunidade como estratégia de transformação, sucedidas pelas mudanças cada vez mais aceleradas que temos acompanhado na atualidade coletiva. Nesse cenário moderno, a gestão em museus pode abranger duas perspectivas: as administrativas e gerenciais, no *stricto sensu*, que incluem as atividades jurídicas, financeiras, de manutenção, de segurança e de recursos humanos; e as ações que lidam com aspectos eminentemente finalísticos, como nos campos de gestão de coleções, de comunicação e de interação com a sociedade (ALMEIDA, 2013).

Assim sendo, entendemos por gestão compartilhada do patrimônio o gerenciamento das coleções e das informações concebidas por estes e difundidas entre a equipe do museu,

tendo como alvo a interação e as trocas de experiências com a sociedade. Assim, este trabalho tem como enfoque a segunda abordagem apresentada por Almeida (2013).

Portanto, é possível aproximar o que Almeida (2013) denominou como gestão de ações finalísticas com o que Cury (2008) salientou como planejamento de fins curatoriais, que são ações em torno do objeto museológico - ações fim - integradas pelo plano diretor institucional. Também Bruno (2008) argumentou que o exercício da curadoria, na concepção museológica, nos dias atuais engloba ações de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição, ações educativas).

Diante disso, o espaço museológico se mostra como um lugar de excelência de construção do conhecimento e as atividades aliadas à gestão de coleções como pesquisa, conservação e educação se convertem em ações essenciais para a difusão da informação - principalmente quando a gestão compartilhada da equipe consegue se comunicar, trabalhar em conjunto buscando “traduzir” o conhecimento científico tornando-o acessível, relevante e significativo para o público. Talvez esse seja o maior desafio em termos de gestão para os museus brasileiros: democratizar as ações práticas entre a equipe em benefício da sociedade, que às vezes se encontra engessada nas próprias instituições, tanto nos aspectos estruturais quanto nos profissionais (BRUNO, 2008).

Logo, à gestão compartilhada somam-se não só os múltiplos profissionais que compõem o corpo funcional de uma instituição museológica, mas também a participação e a interação da sociedade. Atualmente os museus no Brasil estão cada vez mais abertos a essas mudanças, gradualmente tem-se buscado estabelecer uma interatividade e uma participação mais ampla da comunidade nas instituições. Consequente, o exercício da gestão em museus é fundamental, pois estes também são “organismos vivos” que podem sofrer influências ou provocá-las na sociedade tornando-se, portanto, sistemas abertos. Em oposição ao sistema fechado, Caiçara Júnior (2011, p. 62. Grifos do autor) afirma:

Quanto à sua natureza, um sistema pode ser aberto ou fechado. Um sistema **FECHADO** não apresenta interação com o ambiente externo e, assim, não o influencia e não é influenciado por ele. Já um sistema **ABERTO** possui interação com o ambiente externo, resultando em um processo de troca em que sofre e imprime mudanças em relação a este.

Decorrentemente, uma gestão compartilhada visa um gerenciamento mais dinâmico e descentralizado, contudo integrador da equipe do museu, nas quais as ações desenvolvidas sejam elaboradas em conjunto. A superação dos aspectos advindos desse novo conceito é também um desafio, pois quanto mais descentralizada as atividades, mais se abrem

precedentes para uma autonomia que às vezes não é possível por conta da organização possuir muitos departamentos isolados.

No âmbito universitário, a criação de um museu e a sua manutenção podem ser complexas, pois as universidades têm toda uma estrutura pré-definida de departamentos segmentados. Inserir um museu nesse cenário construído pode acarretar algumas dificuldades, como a falta de investimentos financeiros, espaços reduzidos para as reservas técnicas e salas de processamento museográfico, e a ausência de vagas para recursos humanos especializados.

Os museus universitários são instituições que detêm a salvaguarda das coleções universitárias, são acervos que se formaram por doações realizadas por antigos professores, pesquisadores ou resultaram da coleta de campo para fins didáticos em sala de aula e que depois foram constituídos como museus a partir desses itens de informação. Ou seja, quando não são mais manipuladas com frequência ganham novos usos (ALMEIDA, 2001). Os recursos humanos são compostos de técnicos administrativos e docentes. Os professores assumem um gabinete e a curadoria de uma coleção de acordo com o seu conhecimento específico, representando, portanto vários papéis na instituição: o de pesquisador, de orientador e de curador.

É relevante notar que os museus universitários possibilitam que diversificados públicos, entre estes a comunidade acadêmica, possam se apropriar desses espaços no que diz respeito às dimensões de ensino, pesquisa e extensão através das múltiplas atividades de salvaguarda, investigação e comunicação proporcionadas por estas instituições. Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui um considerável acervo de caráter museológico, situados pelos seus campi demandando cuidados específicos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que em 07 de dezembro de 2011, por meio da portaria 6493 foi criada a Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS (REMAM), sob coordenação do Museu da UFRGS, com o objetivo principal de constituir uma política de preservação do patrimônio científico-cultural salvaguardado pela Universidade:

No cenário museológico atual, a adoção de sistemas em rede, como forma de potencializar as práticas para a valorização do patrimônio museológico, é um caminho que vem sendo trilhado com sucesso. Por meio de redes de cooperação e conectividade torna-se possível dinamizar as ações do processo de musealização, quais sejam: resgate, pesquisa, documentação, conservação e socialização do patrimônio artístico-científico-cultural (SOUZA; FAGUNDES; LEITZKE, 2014, p.4).

A articulação em Rede reforça a inserção dos museus universitários na gestão universitária e estimula, segundo LEITZKE (2012, p.57), ações criativas “[...] objetivando

alargar as bases do compromisso social da universidade, [propondo e desenvolvendo] [...] ações coletivas que venham a dar conta de cumprir com o papel social a que se propõem”. Portanto há uma expectativa positiva que ações como essa se multipliquem no meio acadêmico da UFRGS, para que haja adesão dos espaços de caráter museológico a esta iniciativa. Muitos acervos museológicos já aderiram à Rede, dentre os quais, o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, objeto de estudo desta investigação.

3.1. O Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto

A história do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto está associada diretamente à criação do curso de Geologia da UFRGS, em 1957, vinculado ao Instituto de Ciências Naturais, em colaboração com a Faculdade de Filosofia e a Escola de Engenharia. De acordo com o histórico apresentado na página eletrônica do atual Instituto de Geociências⁴⁰, a abertura de novos cursos de nível superior foi estimulada pelo Ministério da Educação, pois havia a necessidade em formar geólogos brasileiros (CAGE) para exercer atividades ligadas à exploração petrolífera no País. Em 1970 a Escola de Geociências foi extinta e criada uma nova unidade, o Instituto de Geociências, que reúne os cursos de graduação em Geologia e em Geografia. Hoje o IGeo/UFRGS está estruturado em cinco departamentos: Geografia; Geologia; Mineralogia e Petrologia; Paleontologia e Estratigrafia; e Geodésia.

As coleções de diversas naturezas, como rochas e minerais, foram formadas pelo professor Luiz Englert da Escola de Engenharia, que segundo o Guia REMAM:

Em 1942, alguns engenheiros da Escola de Engenharia foram a São Paulo para aperfeiçoar-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde lecionavam professores vindos da Itália. Um desses engenheiros, José Raphael de Azambuja Jr, estudou mineralogia e cerca de quatro anos mais tarde assumiu como professor de Mineralogia na então Universidade de Porto Alegre (UPA). Com o início do Curso de Geologia, em 1957, as coleções começaram a ser usadas para as aulas e foram iniciadas as coletas de campo para aumentar a coleção (SOUZA; FAGUNDES; LEITZKE, 2014, p. 25).

Cada membro da REMAM possui uma singularidade, mas se tentarmos estabelecer conexões uma delas poderia ser que, ao longo dos anos, o exercício de acumular e proteger a cultura material forneceu base para a criação desses museus. Essa prática não é diferente das três instituições se encontram atualmente vinculadas ao Instituto de Geociências: o Museu de

⁴⁰ Fonte: Instituto de Geociências: Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/igeo/ig/>>. Acesso em jul. de 2014.

Mineralogia e Petrologia Luiz Englert; o Museu de Topografia Profº. Laureano Ibrahim Chaffe; e o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto. Todos homenageiam os professores atuantes e curadores desse patrimônio científico.

Atualmente o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto está localizado no Campus do Vale da UFRGS, em Porto Alegre/RS, no prédio 43127, andar térreo do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências. A sua nomenclatura é uma homenagem ao professor Emérito da UFRGS Irajá Damiani Pinto, que dedicou setenta anos de serviços à Universidade. Ele idealizou o museu e deixou o primeiro registro no livro tomo de uma peça fóssil, em 1945, além de dar início à coleção de fósseis paleoinvertebrados que reúne cerca de sete mil peças.

Figura 33: Professor Irajá Damiani Pinto na frente do prédio do Museu de Paleontologia



Fonte: Acervo do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto [200-?].

Figura 34: Pesquisadora consultando o Livro tombo do Museu. Década 1940.



Fonte: Acervo do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto [19--].

A constituição da coleção de paleoinvertebrados foi feita em virtude da necessidade de oferecer recursos de ensino prático para as aulas de Geologia e Paleontologia que o professor ministrava na Faculdade de Filosofia e estimulou o crescimento e a especialização dos acervos, que no início eram expostas nos corredores do Departamento de Paleontologia.

Figura 35: Mostruário de fósseis no prédio do Instituto de Ciências Naturais onde trabalhavam os paleontólogos da UFRGS entre as décadas de 1950 e 1980.



Fonte: Página do Instituto de Geociências da UFRGS, [19--].⁴¹

O próprio professor Irajá Damiani Pinto, antes da mudança para o Campus do Vale, em 1957, elaborou um projeto para os espaços do Departamento prevendo um espaço museológico, demonstrando sua sensibilização pelo tema do patrimônio, porém infelizmente suas ideias não foram efetivadas:

A falta de espaço próprio para a Geologia, me fez planejar uma área no novo campus. Na mesma ocasião, o reitor determinava à Prefeitura da Universidade, a elaboração de prédios no hoje Campus do Vale. Os prédios projetados atenderiam, de imediato e com grande eficiência, todas as necessidades de área do Curso, naquele momento, e com vistas ao futuro. No projeto foi previsto, também, grande Museu de Geologia e Paleontologia. O prédio deveria estar inserido no plano que a Universidade denominava como Centro de Pesquisas Básicas, incluindo: Matemática, Física, Química, Biologia, Zoologia, Botânica, Biblioteca Central, um Centro Social, além de residência para alunos e professores visitantes. Este projeto foi, posteriormente, substituído pelo atual em execução, com perdas significativas (PINTO, 2007, p. 43).

Ao longo de décadas acumulando informações científicas sobre os fósseis, no ano de 2004 foi inaugurada a exposição temporária *Antes dos Dinossauros: a evolução da vida e o seu registro fóssil no Rio Grande do Sul*, no Museu da UFRGS, apresentou setecentas peças do Museu de Paleontologia, dentre eles o *Guaibasaurus candelarienses*, encontrado em

⁴¹ Disponível em <<http://www.ufrgs.br/igeo/departamentos/geodesia/50anosgeologia.html>>. Acesso em out. 2014.

Candelária na década de 1990 pela equipe formada pela Fundação Zoobotânica. A amostra ficou exposta até abril de 2005 e contou com participação da curadoria dos professores Dr. Cesar Leandro Schultz, Dr. João Carlos Coimbra, Dr. Paulo Alves de Souza, Dr. Roberto Iannuzzi e Dra. Valesca Brasil Lemos. Da equipe do Museu da UFRGS, tiveram a colaboração de Claudia Boettcher, Lígia Fagundes, Carla Bello Berenice Rolim, Maria Nunes, Romeu Scherer Inaiara Amaral. A mesma mostra foi exibida na Universidade Estadual de Maringá entre maio de 2005 e dezembro de 2007.

Figura 36: Abertura da Exposição *Antes dos Dinossauros*, no Museu da UFRGS.



Fonte: Acervo Museu da UFRGS, 2004.

Aproveitando a oportunidade, a chefia do departamento reaproveitou o projeto expositivo já montado e inaugurou em 2008 uma exposição de longa duração no Instituto de Geociências no Campus do Vale, criando a sala de exposições Mário Costa Barberena, em homenagem ao fundador do setor de Paleovertebrados, intitulada: *Fósseis, Testemunhos da Vida na Terra*, que exhibe uma linha do tempo representando o início da vida na Terra até a atualidade.

Figura 37: Exposição *Fósseis, Testemunhos da Vida na Terra* no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.



Fonte: Acervo particular da autora, 2014.

As coleções de Paleontologia estão divididas em cinco categorias: paleovertebrados (Permiano, Triássico e Cretáceo), paleoinvertebrados, paleobotânica, palinoteca e microfósseis. Ao todo o museu possui mais de sessenta mil peças, sendo uma das coleções mais completas da América Latina, com exemplares de todos os períodos geológicos e de todos os continentes.

3.2 Uma análise da Gestão de Acervos do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto

A partir de tudo o que foi exposto até o momento, esse subcapítulo pretende elaborar uma reflexão acerca dos métodos museográficos aplicados à gestão de acervos em objetos de natureza fóssil. Mas para isso, convém abordar conceitos relativos à Museografia, para assim, propor um debate relacionado a métodos curatoriais no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.

Os acervos naturais e culturais, quando institucionalizados por um museu perpassam por um processo de musealização, como já salientado, pois quando deslocados de sua

funcionalidade passam a ser valorizados por suas características como testemunhos representativos da sociedade ou evento.

O processo de musealização ocorre por meio de uma sequência de procedimentos, que conforme Cury (2005, p. 26) compreende os processos de “aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação”. Ou seja, esse representa o “ciclo de tratamento do objeto”. Nesse sentido, o conceito de musealização é a aproximação entre Museologia (campo teórico) e a museografia (práxis dos museus), e pode ser entendido pela visão de Cury (2008, p.2, Grifo meu) da seguinte forma:

A museografia, por sua vez, é museologia aplicada, **práxis dos museus**. Compreende questões de **gestão** (direção, administração, organização e planejamento), e **curatoriais** (ações em torno do objeto museológico, ações fim - integradas ao projeto de gestão pelo plano diretor institucional).

Para a eficácia da musealização dos objetos a gestão de acervos, ideal, deveria estabelecer políticas e diretrizes para a condução dos procedimentos técnicos adequados. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) sugere o desenvolvimento de uma Política de Gestão de Acervo que propõe tornar as atividades museográficas mais eficientes para o museu, sua equipe e seu público:

Baseada na declaração de missão do museu e noutros documentos de políticas fundamentais, o propósito e objetivo do museu são estabelecidos pelo tipo de acervo, investigação e preservação do acervo. Uma vez documentada, a política de gestão de acervo serve como guia prático para o pessoal do museu e como documento público que explica como o museu assume a responsabilidade pelo acervo ao seu cuidado (LADKIN, 2004, p. 18).

O êxito da política de gestão do acervo objetiva criar um ambiente cuja intencionalidade é a de proteger, pesquisar e difundir o acervo, para isso, depende da maneira que este é salvaguardado, interpretado e compartilhado socialmente.

Observa-se que o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto é uma instituição voltada para a divulgação científica, dos saberes e pesquisas realizadas pelos cientistas do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências. Nesse cenário museológico, surge uma série de atividades com necessidades específicas, por isso que uma interação articulada entre a equipe do museu faz muita diferença para uma gestão compartilhada, na qual cada sujeito compreende o seu papel e o papel do outro e nessas circunstâncias constrói uma relação mútua para a realização de um trabalho plenamente satisfatório.

Compreendo que a atuação de um museu universitário deve ser parte de uma política universitária sistêmica e estruturante, resultado de um processo de planejamento estratégico, envolvendo o coletivo dos museus. É certo que a construção dessa política só será possível se a considerarmos como uma aventura coletiva, estendendo-a a mais pessoas, buscando torná-la mais profunda, mais abrangente, mais plural, a partir dos encontros e trocas, incorporados ao cotidiano dos nossos museus, dos nossos departamentos, das nossas salas de aula, dos segmentos responsáveis pela gestão universitária e, sobretudo, da nossa disponibilidade em nos abrir para outros segmentos da sociedade, buscando novas alternativas a partir de outros olhares e saberes. (SANTOS, 2006, p. 2).

O Museu de Paleontologia enfrenta inúmeros desafios, pois estando em um contexto universitário, não possui autonomia plena, depende desta estrutura a fim de obter os recursos para sua manutenção e divulgação junto à sociedade. Meio as dificuldades, apresentam ações de diversas naturezas, essas por si só evidenciam a vocação da instituição na difusão cultural de seus acervos e produções científicas. Por isso, a gestão de acervos se faz necessária através da ampla interação entre a equipe da organização, fazendo parte de uma instituição em comum para além do Departamento. Baseado nessa visão:

Em relação à gestão museológica, por exemplo, amplas possibilidades de comunicação e de integração criativa e cooperativa são abertas, a partir dessa concepção. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que para que haja uma troca efetiva, por parte de todos que estejam envolvidos com as ações museológicas, é necessário que haja clareza de concepção, de objetivos e da missão que devem alcançar, a partir do trabalho dos diversos setores e da relação que o museu estabelece com a sociedade. O conhecimento da Museologia e de seus processos é, aqui, de fundamental importância (SANTOS, 2006, p. 3).

Nesse sentido, será priorizada na análise a prática museográfica do museu, pelo viés dos três eixos que sustentam as ações museológicas - a preservação, a pesquisa e a comunicação (CABRAL; RANGEL, 2008) - orientadas para uma possível gestão compartilhada.

A estrutura física do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto fica localizada no prédio do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia, que é composto por dois andares e ordenado em salas no qual são organizadas em laboratórios de processamento das amostras, reservas técnicas, sala de exposição com um mini auditório e os gabinetes do curadores/docentes e demais membros da equipe.

Os acervos são separados em coleções científicas e didáticas que abrangem os paleovertebrados, paleoinvertebrados, paleobotânica, microfósseis e palinologia. As coleções têm as suas especificidades e a cadeia operatória museográfica é conduzida de forma independente por cada laboratório que a coleção faz parte.

A preparação de material e a produção de conhecimento referente a essas coleções são desenvolvidas nos laboratórios e gabinetes dos curadores/docentes. Salienta-se que no momento a coleção de paleoinvertebrados encontra-se sob os cuidados de um Geólogo técnico administrativo do Departamento, dessa forma o Museu não dispõe de gabinete e laboratório para atender este segmento paleontológico.

As coleções têm como responsável um curador/docente, este que além do comprometimento com a curadoria ainda exerce a docência na Universidade, de graduação e pós-graduação, orienta dissertações e teses, participa de eventos, de bancas de defesa de trabalhos, de reuniões do Departamento e realiza pesquisa. Nesses múltiplos papéis cabe ainda ao curador a responsabilidade de prever estratégias para a gestão contínua das coleções. Tudo isso sem uma equipe definitiva, pois se altera constantemente quando os alunos de pós-graduação se formam.

O professor Irajá Damiani Pinto iniciou as coletas de campo de espécimes de Paleobotânica e Microfósseis. Entretanto, foi no decorrer do tempo que as coleções começaram a adquirir características de acervo museológico e ser chamado de museu. Foi dada continuidade ao trabalho através dos professores que assumiam o cargo de responsável pela coleção e gabinete. Por exemplo, na década de 1960 a professora Marleni Toigo tornou-se figura central para o progresso da coleção de Palinologia, pois ela “[...] incorporou e implementou as técnicas e a infraestrutura necessárias para o desenvolvimento da pesquisa palinológica na Universidade” (SOUZA, FÉLIX, CANCELLI, 2009). Dessa forma, desde 2009 o Laboratório de Palinologia se denomina com o nome da pesquisadora lhe prestando uma homenagem.

Quanto ao elemento da tríade museológica, a **Preservação** busca garantir diretrizes para a aquisição, documentação e conservação. Nesse sentido, a *aquisição* de todos os acervos do Museu é realizada por meio de coletas de campo dos curadores/docentes com os alunos de graduação e pós-graduação. Por se tratar de um acervo científico, é utilizado pelos professores e alunos o diário/ ficha de campo (COSTA, 2006), pois são essas as informações mais importantes para definir as peças escavadas. Sem esses dados os materiais encontrados ficam sem contexto paleontológico e estratigráfico dificultando a identificação dos espécimes e datação. Outra forma de aquisição é a doação feita por pesquisadores ou professores aposentados e a troca entre instituições de material.

Relativo à *documentação*, cada laboratório desenvolve o seu sistema de numeração e dados mediante a utilização do Livro Tombo. O diário de campo é utilizado para o preenchimento deste e atualmente as informações contidas nele - e outros dados adicionais -

estão sendo repassadas aos Bancos de Dados, é o caso das coleções de Paleobotânica e Microfósseis. Os demais acervos utilizam planilhas em *Excel*, pois como os Livros Tombo são antigos, muitos foram iniciados na década de 1940 e se encontram fragilizados. O Museu não possui um sistema padronizado de fichas para todas as coleções com informações similares, como termos de doação, de entrada, movimentação do acervo, autorização de pesquisa ou mesmo a política de aquisição, que ajudaria a preencher lacunas e apontar quais peças ou espécimes as coleções tem mais carência.

Conforme Iannuzzi e Boardman (2009), a coleção de paleobotânica passou por uma reestruturação em 2006 e observou-se que o Livro Tombo do Laboratório estava danificado com informações incorretas, pois no início foi utilizado como Livro de Entrada de espécimes, passando mais tarde a ser usado como Livro Tombo permanente. Outro evento que culminou em seu desgaste foi uma enchente ocorrida no centro de Porto Alegre e que veio a inundar o subsolo do prédio, lugar aonde a coleção se situava: o livro com todas as informações foi resgatado de dentro da água.

O acondicionamento, que faz parte da *conservação* preventiva, tem como objetivo fazer a guarda do patrimônio em um espaço físico adequado com armários e embalagens que atenda às diferentes características dos bens científicos e culturais. O Museu de Paleontologia, como nos outros tópicos, também segue regras e sistemas de organização e acondicionamento distintos para cada coleção. Por se tratar de um acervo constituído por peças predominantemente fossilizadas, sua conservação e acondicionamento é menos preocupante em relação à degradação por agentes ambientais, entretanto a umidade pode vir a prejudicar algumas peças - para tanto é recomendado o uso de desumidificadores. Recentemente os Laboratórios de Paleobotânica e de Microfósseis foram contemplados com recursos advindos da empresa Petrobras S.A. que garantiram melhor estrutura para o acondicionamento, no entanto nenhum acervo da Instituição tem proteção contra desastres naturais ou sinistros:

Grande parte da infraestrutura instalada no Laboratório de Palinologia é advinda de um projeto recentemente desenvolvido para aparelhamento e profunda reforma dos espaços físicos, que envolveu também o Laboratório de Microfósseis Calcários (módulo Conodontes). Os recursos foram obtidos através de convênio estabelecido com a Petrobras S.A (anuência da Agência Nacional do Petróleo). Assim, diversos problemas, tais como a falta de espaço para acomodação dos laminários, foram sanados. Nesse sentido, o atual laminários está capacitado para abrigar um montante adicional de cerca de 8 mil lâminas, além dos aproximadamente 5.500 que já comporta, o que constitui uma expectativa positiva para os próximos anos (SOUZA, FÉLIX, CANCELLI, 2009, p.168).

Figura38: Armários que estão armazenados a Palinoteca.



Fonte: SOUZA, FÉLIX, CANCELLI, 2009, p. 170.

Para melhor visualização das práticas, segue uma tabela com informações sucintas dos acervos, abordando itens como tipo de coleção, documentação e acondicionamento.

Quadro 2: Informações básicas sobre os acervos do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.

ACERVO	TIPO DE COLEÇÕES	DOCUMENTAÇÃO	ACONDICIONAMENTO
<p align="center">Coleção de INVERTEBRADOS</p>	<p>Científica e Didática.</p>	<p>Possui três livros tombo que gradualmente estão sendo digitalizados em planilha de Excel.</p>	<p>Em armários de madeira e ferro em ordem sistemática (Filo, classe, ordem) em cada táxon o período e o nº de registro está misto. O corredor do prédio também apresenta dois armários de madeira com gavetas e vitrine na parte superior e vinte e um expositores de ferro com prateleiras.</p>
<p align="center">Coleção da PALINOTECA</p>	<p>Coleção estratigráfica (MP-P) - lâminas procedentes de coleta de afloramento material de sua superfície. Constituído de cinco laminários.</p> <p>Coleção de referência (MP-Pr) - lâminas de conteúdo nãoespecífico.</p> <p>Coleção didática (MP-Pd) - lâminas para fins didático procedentes dos mesmos materiais processados (MP-P MP-Pr) que resultaram em lâmina estratigráficas ou em lâminas de referência.</p>	<p>Cada coleção tem seu livro tombo. O acervo é informatizado por planilhas. O sistema de numeração utilizado para a identificação de cada lâmina é a sigla MP-P que significa "Museu de Paleontologia" e 'P' é referente à coleção, nesse caso de Palinologia, para diferenciar a coleção de referência e didática é acrescentado o "r" ou "d".</p>	<p>A coleção constituída de lâminas montadas com entelan e laminulas acondicionada em bandejas de alumínio (laminários), em gavetários de madeira no qual encontra-se dentro de armário de mdf. revestido por fórmica.</p>
<p align="center">Coleção de PALEOVERTEBRADOS</p>	<p>Científica e Didática.</p>	<p>São utilizados três numerações, uma para cada coleção. Utilizado o sistema alfanumérico.</p> <p>UFRGS-PV-nº-P (Permiano)</p> <p>UFRGS-PV-nº-T (Triássico)</p> <p>UFRGS-PV-nº-K (Cretáceo)</p>	<p>Alojada em uma sala, na qual há um arquivo deslizante, composto por quatro módulos, cujos fósseis do Triássico estão acondicionados. Nos armários de aço, madeira e uma mapoteca estão acondicionadas as peças do Permiano. O maior espaço do ambiente constitui-se do laboratório de preparação de material e confecção de réplicas e reconstituições.</p>

ACERVO	TIPO DE COLEÇÕES	DOCUMENTAÇÃO	ACONDICIONAMENTO
Coleção de PALEOVERTEBRADOS (cont.)		[...] PV-B (B=bloco) . Diário de aquisição de material em bloco de gesso com numeração corrida. Entrada do material, antes da preparação.	
Coleção de MICROFÓSSEIS	Científica e Didática.	Possui três livros tombo e o acervo está informatizado em um banco de dados. Tem o livro Registro de Amostras que é a entrada das peças, depois de realizada a triagem passamos ao acervo definitivo. Cada coleção tem sua sigla: MP-O Coleção de Ostracoda; MP-F Coleção de Foraminifera; MP-M Coleção de Miscelânea.	As coleções MP-O, MP-F e MP-M ficam no armário de madeira. A coleção de Molusca armário de aço. Os Armários de madeira guardam amostragens acondicionadas em sacos plásticos ou frascos de vidro.
Coleção de PALEOBOTÂNICA	Científica e Didática.	Livro Tombo para cada coleção e está informatizado em banco de dados.	Os espécimes ficam aguardando pesquisa no Laboratório de Paleobotânica, são incorporados definitivamente no acervo depois de estudados, finalizado esse processo seguem para o Repositório de Paleobotânica.

Fonte: Diagnóstico realizado pela museóloga da instituição, Maria Cristina Pons da Silva, 2013.

O segundo elemento da tríade, a **Pesquisa**, é desenvolvida pelos curadores/docentes em cada laboratório de forma independente, em conjunto com os bolsistas de pós-graduação de Mestrado e Doutorado; por se tratar de um acervo científico, o curador e sua equipe detém um alto conhecimento especializado. O acervo é pesquisado por alunos de graduação e pós-graduação nas disciplinas, quando levado à sala de aula para observações. Também é investigado no laboratório e oportuniza os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.

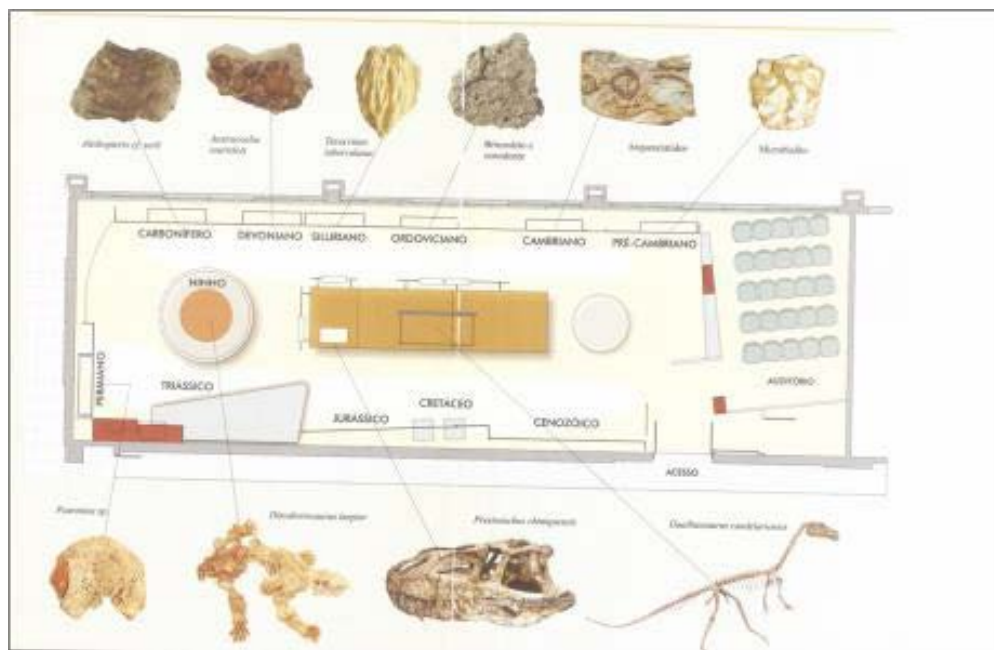
Quanto ao último elemento da tríade museológica, a **Comunicação** se refere à socialização do acervo, realizada através de pesquisas que já são feitas pelos Laboratórios do Museu. Os resultados são difundidos em artigos, eventos, seminários, simpósios, congressos, entre outros. Esta forma de difusão geralmente abrange um público mais especializado, nesse caso a comunidade acadêmica.

Outra estratégia de comunicação do patrimônio é a exposição museológica, que garante mais possibilidades de representatividade e alcança um maior público. No Museu de

Paleontologia Irajá Damiani Pinto o espaço expositivo é recente, como já apontado, a presente exposição de longa duração foi realizada em 2004 no Museu da UFRGS, e após itinerância, a mesma seguiu para o Campus do Vale em 2008.

A realização da exposição foi possível devido ao patrocínio da Petrobras, que assim pode divulgar por meio da mostra expográfica o trabalho desenvolvido por décadas no Museu, o que demonstra a potencialidade que os fósseis têm não só como objeto de pesquisa científica, mas de levantar reflexões de cunho cultural e motivador profissional. A mediação no Museu é realizada por bolsistas de Extensão - são estudantes de graduação em Geologia que fazem o percurso da mostra com alunos principalmente do nível fundamental e médio. Seria interessante se futuramente pudesse ocorrer na Instituição exposições de curta duração e itinerantes com ênfase no material coletado no Rio Grande do Sul.

Figura 39: Planta baixa da área expositiva.



Fonte: Acervo do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, s/d.

No Brasil, as transformações no âmbito museal em busca da gestão de acervos sistematizada se difundem aos poucos. A implantação da Política Nacional dos Museus em 2003, trouxe à reflexão a necessidade de implantação de metodologias estratégicas para fazer a salvaguarda do patrimônio através da adaptação de métodos da gestão administrativa para normatizar essas mudanças. Nessa situação, em 2009, foi aprovado o Estatuto de Museus (Lei 11.904/09), que orienta os profissionais para implantação dos métodos adequados a gestão das

instituições museológicas de acordo com a legislação pertinente. O Estatuto de Museus estabeleceu um prazo para a regularização das normas que são obrigatórias, nesse caso para os museus públicos, cinco anos após a publicação da lei.

Porém, muitas organizações e profissionais desconhecem a legislação, talvez por falta de uma divulgação mais intensa. Outro problema é que os artigos são abrangentes abrindo espaço para interpretações, por isso, a capacitação de profissionais dos museus é importante para esclarecer dúvidas. A aplicação das normativas sistematiza as práticas museais, propondo objetivos e metas a serem alcançadas. No caso da gestão de coleções o Estatuto de Museus apresenta os seguintes artigos:

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.
Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação (BRASIL [2009], 2014f, doc. eletr.).

Nessas circunstâncias quanto ao Museu Paleontologia Irajá Damiani Pinto esta é uma instituição museológica dedicada à pesquisa, portanto se faz necessário apoio técnico para colaborar para a implantação dessas ações exigidas pela legislação para a cadeia operatória dos objetos. Desse modo, o Departamento de Paleontologia e Estratigrafia dispõe de inúmeros funcionários, porém somente onze servidores trabalham diretamente com o Museu nas seguintes funções: Coordenação, Curadoria de coleções, Pesquisa, Apoio técnico (que compreende a assessoria museológica e museográfica, cargo recentemente criado, e assessoria geológica) e Ações educativas.

O Museu apresenta no seu quadro funcional uma equipe composta por geólogos, biólogos e, desde 2013, um museólogo, é, portanto, um grupo de trabalho interdisciplinar. Refletindo a partir dessa realidade mais recente da Instituição, com ênfase em uma abordagem museal, a pretensão desta investigação é analisar também o possível diálogo entre essas diversas áreas do conhecimento em busca de uma gestão compartilhada - principalmente a forma que o profissional museólogo pode colaborar com os seus conhecimentos teóricos e práticos para a promoção de coleções paleontológicas, auxiliando com o gerenciamento de acervos em conjunto com os outros profissionais.

A curadoria das coleções é uma função social, então o curador representa (nesse caso os paleontólogos) o indivíduo que desempenha as ações curatoriais, que provê a “cura”, administra as coleções e delega as atividades, detém um saber especializado, pensando na preservação de tal coleção para as gerações futuras (CARVALHO; FERNANDES, 2004).

As atividades de curadoria desenvolvidas no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto compreendem as ações da tríade museológica relacionadas à Preservação (aquisição, documentação, conservação e acondicionamento) e Pesquisa, que é realizada pelos curadores junto aos bolsistas da Instituição e a Comunicação que envolve todos os profissionais do museu:

Mais do que a valorização da presença de um curador no âmago desta questão, o que se coloca e se entende como um avanço nessas relações é, na verdade, o exercício curatorial processual, entendido como o conjunto solidário e interdependente de atividades de pesquisa, preservação e extroversão dos bens patrimoniais, relativos às coleções museológicas (BRUNO, 2008, p. 20).

Observou-se que cada gabinete trabalha em sua pesquisa de forma independente, nesse sentido não se percebeu uma comunicação mais próxima de um gabinete com o outro ou uma noção de coesão dos indivíduos como um grupo de profissionais de museus - nota-se que se

entendem mais relacionados ao Departamento. Sobre a problemática da tutela de acervos em museus universitários, Bruno (2009, p.23), faz uma reflexão sobre o tema:

É evidente que a lógica administrativa das universidades não privilegia de forma adequada a dinâmica dos processos curatoriais. Nesses casos, é comum a valorização das ações de coleta, estudo e ensino em relação às expressões materiais da cultura em detrimento dos procedimentos de salvaguarda e comunicação museológicas. A mais clara evidência desse problema é a situação - muitas vezes dramática - em que se encontram as reservas técnicas dos acervos institucionais. A equação entre problemas na formação profissional, desconhecimento sobre a engrenagem dos processos curatoriais e a falta de atualização dos planos de gestão, permite a aferição de resultados pouco satisfatórios no que se refere às relações entre estudos de cultura material e coleções museológicas.

A museóloga da instituição (função recente, a partir de 2013) fez um levantamento da situação do espaço museal utilizando a ferramenta do diagnóstico museológico para averiguar toda a estrutura da organização, quais as suas lacunas e reais problemas para prever a melhor forma de organizar e elaborar o Regimento Interno que já foi encaminhado para o Conselho do Departamento e aguarda aprovação.

Depois de aprovado o passo seguinte é a realização do Plano Museológico, um instrumento de gestão aplicado aos espaços de caráter museológico com informações estruturadas por meio de estratégias de desenvolvimento que pretendem atender os requisitos exigidos pelo Estatuto de Museus. A execução deste instrumento de gestão exige uma ampla interação da equipe a fim de observar a situação atual da instituição para localizar lacunas e prever melhorias a curto, médio e longo prazo das atividades do museu:

O diagnóstico museológico - a aplicação de métodos/critérios de avaliação do ponto de vista da Museologia - é uma estratégia metodológica que visa à identificação e a apreensão das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para a preservação e as lacunas existentes. Assim constitui um instrumento de democratização, pois considera iniciativas formuladas anteriormente (CÂNDIDO, 2013, p. 18).

A partir das competências de sua profissão - sendo habilitado a gerenciar instrumentos de concepção coletiva como os mencionados acima, por exemplo - o museólogo é o agente integrador do museu. Na perspectiva museal, o museólogo pode desenvolver atividades administrativas *stricto sensu* e ações que lidam com aspectos eminentemente finalísticos (ALMEIDA, 2013), articulando de forma cooperada as múltiplas ações desempenhadas pelos profissionais da instituição:

As atividades museológico-curatoriais são, imperiosamente, ações coletivas e multiprofissionais. Nesse sentido, o protagonismo do curador deve ser o

reflexo de sua capacidade de liderança e de sua compreensão em relação às reciprocidades entre as atividades acima indicadas (BRUNO, 2008, p. 32).

Esse profissional ainda enfrenta um imaginário no que se refere às suas atribuições na organização, inúmeras vezes pode ser mal interpretado e visto pelos colegas como o profissional que “dita regras” ou um tanto “intrometido”, tendo dificuldades em sugerir novos métodos que organizem os acervos ou então acaba sendo lembrado como o profissional que é responsável somente pela exposição do museu. Desconstruir essa imagem leva algum tempo e pode acarretar tensões entre esse profissional e os demais colaboradores.

A disseminação de informações, dentro das nossas perspectivas de trabalho, é suporte fundamental para a participação de todos os membros da equipe. Propõe-se uma rede como forma de comunicação, na qual as pessoas possam circular, se alimentar e traçar correspondência entre as partes e o todo, refletindo sobre suas ações e participação e interferindo na configuração do todo. Aliás, a comunicação em rede é uma premissa do sistema, que se manifesta na dinâmica de relacionamento interativo dos elementos que o constituem (CURY, 2005, p. 72).

No Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto o processo de gestão compartilhada encontra-se em andamento. Como citado anteriormente, a museóloga da instituição faz parte do corpo funcional desde 2013, ou seja, há um caminho de interação a ser trilhado, no qual paleontólogos, biólogos e museólogo experimentarão seus limites, negociações e transcendências estabelecendo, gradualmente, novos hábitos e rotinas em prol do trabalho integrado da instituição.

Se o caminho pode parecer longo, cabe destacar que já possível se observar algumas parcerias conjuntas e esse primeiro passo está sendo potencializado por meio das ações educativas. Cabe ressaltar que as atividades educativas do Museu podem ser desempenhadas por todos os servidores, porém dois curadores/docentes e a museóloga são quem atualmente mais se dedicam a tal função. Todos os envolvidos no processo educativo desenvolvem projetos de Extensão, as atividades envolvem a mediação no espaço expositivo, oficinas de réplicas nas escolas públicas da cidade de Porto Alegre e o *Projeto Educação não formal e formal: interação entre o museu e a escola*, coordenado pela museóloga da Instituição e um bolsista.

A última proposta educativa mencionada tem como objetivo principal aproximar os professores da rede pública de ensino a fim de evidenciar o museu como espaço propício de educação não formal e como este pode colaborar com a instrução científica dos alunos.

Os laboratórios da Instituição foram convidados a participar do projeto, pois a intenção era que os professores tivessem a chance de percorrer os setores do Museu a fim de

conhecer toda a cadeia operatória de tratamento dos fósseis. Porém, somente o Laboratório de Paleovertebrados e o técnico administrativo e geólogo do Museu aderiram à proposta.

Para a realização do Projeto foi enviado um convite a todas as escolas de Porto Alegre e região metropolitana, por meio do correio eletrônico, propondo encontros com os professores a fim de preparar a visita de seus alunos ao Museu proporcionando a maior interação possível das crianças diante do tema e dos objetos fósseis. Notou-se um problema de adesão de docentes ao projeto, que por vários motivos não se inscreveram para a ação.

Antes da visitação, os professores foram orientados a trabalhar o assunto em sala de aula independente da disciplina que ministram, com a finalidade de preparar os alunos sobre a temática, previamente à visita ao Museu. As reuniões foram combinadas para ocorrer na Instituição em horários agendados entre todos os envolvidos, conforme as suas disponibilidades. A museóloga elaborou um roteiro para a execução da primeira versão do Projeto, aproximando a proposta aos profissionais do Museu que aderiram ao programa. O plano foi adaptado conforme seu desenvolvimento e perfil dos participantes:

Quadro 3: Informações básicas dos encontros dos professores no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto.

ENCONTROS	PROPOSTAS
Primeiro encontro	Apresentação do Projeto e dos sujeitos envolvidos.
Segundo encontro	Ocorreu no Laboratório de Paleovertebrados, no qual os bolsistas de mestrado puderam mostrar aos professores como se faz a preparação dos fósseis.
Terceiro encontro	Apresentado o documentário “A Era dos Dinossauros”.
Quarto encontro	Realizado na sala de exposição do Museu, o Geólogo da Instituição fez uma explanação com um bate papo descontraído com os docentes explicando o processo de fossilização dos organismos. Após, um dos professores participantes do projeto apresentou aos outros educadores a suas experiências em sala de aula com a temática científica.
Quinto encontro	Ministrado pelo professor inscrito no Projeto, compartilhando o seu conhecimento sobre modelagem de réplicas fósseis. A oficina foi realizada na escola no qual o professor leciona e teve o auxílio de seus alunos nas demonstrações.

Fonte: Informações fornecidas pela museóloga da Instituição, Maria Cristina Pons da Silva, 2014.

Figura 40: Visita dos professores ao Laboratório de Paleovertebrados.



Fonte: Rede Social do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, 2014. Doc. eletr.⁴²

A partir da experiência do Projeto notou-se necessário a constituição de materiais de apoio para os professores conseguirem estimular os seus alunos em sala de aula; como desdobramento, foi criada a “caixa pedagógica” que contém: um DVD do documentário “A Era dos Dinossauros”, doado ao Museu; réplica para a manipulação dos estudantes; um fóssil de molusco e de um peixe; conjunto de lâminas com amostras de microfósseis; e dois microscópios para a observação deste material. O equipamento vai ser emprestado antes da visita dos alunos para ser trabalhado pelos professores em aula, falta ser definido pelos docentes qual a faixa etária é mais adequada para a manipulação do material e visita ao Museu neste primeiro momento.

Em outubro deste ano, o bolsista do programa apresentou-se na modalidade Tertúlia do Salão UFRGS 2014 e compartilhou com os demais colegas a experiência da atividade, o que rendeu ao projeto o prêmio destaque Tertúlia que estava sendo disputado com outros trabalhos da mesma temática que envolvia instituições museológicas.

⁴² Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1578789229014714&set=pcb.1578789515681352&type=1&theater>>. Acesso em nov. 2014.

Figura 41: Projeto "Educação não formal e formal: Interação entre o museu e a escola", recebe prêmio de destaque tertúlia



Fonte: Rede Social do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, 2014. Doc. eletr.⁴³

Figura 42: "UFRGS Portas Abertas" edição 2014.



Fonte: Rede Social do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, 2014. Doc. eletr.⁴⁴

Como observado até o momento, a museóloga não enfrentou uma resistência por parte da coordenação do Museu ou os curadores/docentes. Algumas tensões que venham a surgir

⁴³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1632485603645076&set=a.1632478820312421.1073741837.100006509560968&type=1&theater>> Acesso em nov. de 2014.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1632485603645076&set=a.1632478820312421.1073741837.100006509560968&type=1&theater>>. Acesso em nov. 2014.

fazem parte do processo de qualquer grupo de trabalho na prática diária em ouvir e entender o outro. Como atesta Cury (2005, p.84), “Este jogo de tensão de “quem decide o quê e de que forma” está associado à evolução do papel dos museus e da apropriação social do acervo e/ou coleções, sua democratização”. O Museu está conseguindo superar os problemas diários aos poucos, pois a equipe, gradualmente, está se percebendo como parte de um todo museológico pela sensibilização da temática do patrimônio, auxiliado pela museóloga, que está servindo também como sujeito de coesão entre os profissionais - processo que está tomando proporções maiores a cada dia. Portanto, a gestão compartilhada das ações referente aos métodos curatoriais do acervo fóssilífero e o desenvolvimento de atividades de difusão em conjunto é possível no Museu de Paleontologia:

Negociação e persuasão de ambas as partes, pesquisador e museólogo, refletirão a preocupação em chegar ao ponto de interesse do público: cabe ao pesquisador argumentar a favor de determinadas informações e cabe ao museólogo ponderar sobre a reivindicação do pesquisador e contra argumentar, se for o caso (CURY, 2005, p.113).

O Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto já é reconhecido nacionalmente como uma instituição de ciência e comprometido com a pesquisa. Dispõe de uma equipe altamente especializada, dentro de uma estrutura universitária que é modelo nacional, portanto, se levar a cada dia mais a sério sua condição museológica não tardará a se tornar uma referência relativo à salvaguarda e democratização social do patrimônio fóssilífero brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação partiu da inquietação pessoal da autora referente à pesquisa e o desenvolvimento de metodologias para a documentação museológica nos museus, que ainda é um problema diário que enfrentamos em inúmeras instituições museológicas do estado do Rio Grande do Sul. Porém, ao longo dessa pesquisa, percebeu-se a necessidade em aprofundar o conhecimento dos conceitos teóricos mais amplos como musealização, museografia e gestão. Ter essa compreensão colabora sobremaneira com o desenvolvimento satisfatório de toda a cadeia operatória de tratamentos dos objetos, entre eles a pesquisa, a conservação e a documentação. É muito importante que o profissional museólogo reflita sobre o porquê e para quem todas essas ações são desenvolvidas e este trabalho só reforçou o que aprendemos durante toda a graduação: que trabalhamos para a sociedade.

Escolheu-se pesquisar um acervo científico, nesse caso as coleções paleontológicas do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, pois esta Instituição está inserida em uma estrutura universitária constituída, portanto, o estudo proporcionou vários desafios. É importante destacar que mais estudos sejam desenvolvidos no Rio Grande do Sul futuramente abordando a temática da salvaguarda do patrimônio fossilífero e científico do Estado, essa é uma necessidade apontada tanto por paleontólogos quanto por museólogos.

Referente à problemática investigada, esta foi respondida, no entanto mais perguntas foram acrescentadas ao longo do percurso despertando o interesse em dar continuidade ao estudo em outras pesquisas futuramente. Os objetivos foram alcançados, porém a técnica da observação participante poderia ter sido mais explorada pela pesquisadora se houvesse um tempo maior para se inserir no espaço analisado - em busca de registros mais próximos da rotina dos sujeitos e da Instituição. Entretanto, os resultados alcançados por essa técnica proporcionaram descobertas úteis ao futuro acervo histórico do Museu de Paleontologia, a exemplo das imagens antigas do Museu e do Departamento, encontradas no Gabinete do Professor Emérito Irajá Damiani Pinto.

Para o desenvolvimento da investigação, foi importante evidenciar a longa tradição de pesquisa em Ciências Naturais no Brasil e como os museus foram determinantes para a consolidação desse processo. Seria interessante que estudos sobre mulheres cientistas brasileiras fossem realizados, pois muitas se dedicaram à pesquisa no século XIX, no entanto continuamos a tratar de forma desigual os gêneros frente às esferas profissionais da ciência e tecnologia - como se não houvesse mulheres atuantes nesses campos do conhecimento em tal época. Exemplo disso foi à imperatriz Dona Leopoldina, que era uma filósofa natural e

responsável pela vinda de uma comitiva de naturalistas ao País, tornando-se também fonte de inspiração de seu filho Dom Pedro II que viria a se apaixonar pelas ciências como ela.

No desenvolvimento do trabalho o fenômeno das exposições em *shopping centers* tornou-se uma evidência recorrente na contemporaneidade; essas mostras demonstram a potencialidade desse patrimônio fossilífero ainda pouco visualizado pelos governantes municipais e estaduais. Outro ponto importante que merece destaque são as iniciativas individuais das pessoas e pesquisadores que lutam e motivam outros sujeitos para a defesa do patrimônio. São esses atores que dedicam seu tempo, e inúmeras vezes seus recursos financeiros, que não deixam a cultura se enfraquecer.

A rota paleontológica no estado do Rio Grande do Sul oferece uma significativa expressividade para o turismo sustentável, porém os museus que fazem parte do “Caminho dos Dinossauros” em sua maioria funcionam somente de segunda a sexta. Se a intenção futuramente é de intensificar o turismo na região serão necessários por parte do poder público a aplicação de verbas que aumentem a divulgação e mantenham os museus abertos nos finais de semana, buscando entender essas ações como investimentos em longo prazo, como ocorre nas cidades de Gramado e Canela.

Atualmente os turistas procuram a maior variedade possível de equipamentos culturais no mesmo local ou cidades próximas que gerem as mais diversificadas experiências, portanto uma parceria da iniciativa pública e privada é essencial para o investimento em infraestrutura para atender esses novos visitantes criteriosos.

Aproximando-se do objeto de estudo da pesquisa, trabalhou-se o conceito de gestão compartilhada entre museólogos e paleontólogos, com a finalidade de contribuir para uma administração museológica satisfatória. Ficou provado que o museu cumpre todas suas funções sociais, mas falta uma organização operacional mais detalhada e que seja seguida por toda a equipe, portanto o conceito de gestão compartilhada é cabível para este caso, pois prevê a unificação do grupo de trabalho em prol de um bem comum, nesse caso, a gestão de acervos qualificada.

A partir do trabalho realizado, percebeu-se que o desafio do Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto - bem como dos museus do estado do Rio Grande do Sul - é descentralizar as atividades dando a oportunidade de que todos do grupo de trabalho possam realizar as ações museográficas em conjunto, sobrepondo os interesses individuais para a ação fim mais importante: a democratização do patrimônio para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários: Porque Museus de Arte na Universidade de São Paulo?** 2001, 311p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, USP, 2001.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Plano Museológico - Marco de regulação da Gestão Museal no Brasil. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão Museológica: questões teóricas e práticas.** Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. p. 27 - 32. [Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 2014d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em set. 2014.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.146 1942.** Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4146.htm>. Acesso em set. 2014.

_____. **Decreto-Lei Nº 72.312 de 1973.** Promulga a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72312.htm>. Acesso em set. 2014.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 2014f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em nov. 2014.

_____. **Ministério Público Piauí**, 2014c. Disponível em: <<http://www.mp.pi.gov.br/internet/phocadownload/artigos/47.htm>>. Acesso em out. 2014.

_____. **Projeto de Lei 57/2005.** Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. *Situação: Em tramitação.* 2014e. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=513>>. Acesso em out. 2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria - os caminhos do enquadramento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia (coord.); BITTENCOURT, José Neves (org.). **Caderno de Diretrizes Museológica 2.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p.15-23.

_____, Estudos de Cultural Material de Coleções Museológicas: Avanços, Retrocessos e Desafios. In: **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia.** GRANATU, Marcus. RANGEL, Márcio (organizadores). Museu de Astronomia e Ciências afins - MAST: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em nov. 2014. p. 14 – 25.

BENCKE, Juliana; GEHRKE Marília; SOARES, Cristiane Lautert. **Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues: um resgate de histórias.** Jul, 2011. <Disponível em:

http://hipermidia.unisc.br/pesquisarebom/index.php?option=com_content&task=view&id=65
> . Acesso em out. 2014.

BUCKUP, Ludwig. Como tudo começou. In: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Museu de Ciências Naturais: 50 anos pesquisando a Biodiversidade Gaúcha**. Porto Alegre: 2005. 136p.

CABRAL, Magali. RANGEL, Aparecida. A Curadoria de Processos Educativos de Ações Esparsas à Curadoria. In: JULIÃO, Leticia (coord.); BITTENCOURT, José Neves (org.). **Caderno de Diretrizes Museológica 2**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p.160-171.

CAIÇARA JR, Cícero. **Sistemas Integrados de Gestão: ERP** uma abordagem gerencial. 4ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpe, 2011. 207p.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013. 239 p.

CARVALHO, Ismar de Souza; FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira. Curadoria das coleções paleontológicas: resgatar o passado para a preservação do futuro. In: **Congresso Brasileiro de Geologia (EXPOGEO) XLII**, 2004, Araxá. Recursos Minerais e desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://www.igeo.ufjf.br/~ismar/8/8_48.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 699p.

COSTA, Evanise Pascoa (org.) **Princípios básicos da Museologia**. Curitiba: Coord. do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado de Cultura, 2006. Disponível em: <www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/.../p_museologia.pdf>. Acesso em: jun. 2010. p.32-45.

CPRM (Brasil). **Carlos de Paula Couto**, 2012. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=529&sid=8>>. Acesso em out, 2014.

CURY, Marília Xavier. Exposição, Comunicação Museológica e Pesquisa de Recepção: um desafio para todos. **Revista Museologia Hoje**, nº 1, 2008. 3p.

_____, **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005. 160p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100p.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de; VIEIRA, Ana Carolina Maciel; MACHADO Deusana Maria da Costa; MATOS, Juliana Silva de Matos; PONCIANO, Luiza Corral Martins de Oliveira; NOVAES, Mariana Gonzales Leandro Novaes. **Utilização de Veículos**

Alternativos de Comunicação para a Difusão do Conhecimento Paleontológico. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ: 2007, p. 168 – 174.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Exposição Dinossauros:** Ciência e Ficção. Divulgação. Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira; FONSECA, Vera Maria Medina. HENRIQUES, Deise Dias Rêgo. Histórico da Paleontologia no Museu Nacional. **Anuário do Instituto de Geociências.** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). vol. 30 -1, 2007. p.194-196.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial, 1985. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010d. p.147-159.

_____, Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação, 1990. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010c. p. 203-210.

_____, Existe um passado museológico brasileiro, 1979. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010a. p.86-95.

_____, Os museus e a criança brasileira, 1979. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010b. p.96-102.

GYRAUDI, Danièle. BOUILHET, Henri. **O Museu e a Vida.** Belo Horizonte: UFMG, 1990. 99p.

IANNUZZI, Roberto. BOARDMAN, Daiana Rockenbach. Coleção de Paleobotânica do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Boletín de la Asociación Latinoamericana de Paleobotánica y Palinología,** n. 13: 2009 p.127-137. Disponível em: <http://www.academia.edu/3645578/Iannuzzi_and_Boardman_2009_COLE%C3%87%C3%83O_DE_PALEOBOT%C3%82NICA_DO_DEPARTAMENTO_DE_PALEONTOLOGIA_E_ESTRATIGRAFIA_DO_INSTITUTO_DE_GEOCI%C3%8ANCIA_S_DA_UNIVERSIDAD_E_FEDERAL_DO_RIO_GRANDE_DO_SUL_BRASIL>. Acesso em nov. 2014.

ISAÍÁ, Antônio. **Os Fascinantes Caminhos da Paleontologia.** Santa Maria: Dinotchê, 2008. 68p.

KAMINSKI, Sergio. **Rodovia dos Dinossauros;** dispõe sobre a criação oficial do Geoparque Paleorrota, sua unidade gestora, forma de atuação, fonte de recursos e municípios envolvidos. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1NpLS77d5F4xTR691a8Xl114FlsVkHzHDxK4yflW84I/edit>>. Acesso em out. 2014.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde**, Vol. VIII (suplemento), 2001, p.863-880.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In: BOYLAN, Patrick J. (ed). **Como gerir um museu: manual prático**. França: ICOM, 2004. p. 17-32. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713_por.pdf>. Acesso em: Junho 2014.

LICCARDO Antônio. Turismo Paleontológico. In: MANZIG, Paulo. WEINSCHÜTZ, Luiz Carlos. **Museus e fósseis da Região Sul do Brasil**. Marechal Cândido Randon: Editora Germânica, 2012. p. 219.

LEGISLATIVO MATENSE. (Rio Grande do Sul). **Informações turísticas**, 2009. Disponível em: <http://www.legislativomata.com.br/visualizar_conteudo.php?id=58>. Acesso em out. 2014.

LEITZKE, Maria Cristina Padilha. **Curadorias Compartilhadas: Um estudo sobre as exposições realizadas no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002 - 2009)**. 2012. 139 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. 369 p.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. **Peter Wilhelm Lund: o auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas**. 2007, 466p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2007.

MANZIG, Paulo. WEINSCHÜTZ, Luiz Carlos. **Museus e fósseis da Região Sul do Brasil**. Marechal Cândido Randon: Editora Germânica, 2012. 308p.

MARSTINE, Janet. **New Museum - Theory and Practice: An Introduction**. Mladen/ Oxford: Blackwell, 2006. [Tradução Helena Cunha de Uzeda].

MENDES, Josué Camargo. **Paleontologia Geral**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 342p.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: Uni-Rio/UGF, 1994. 22p.

NOVOA, João Vitor. Dicinodonte é levado a museu em Candelária onde grupo iniciará a limpeza. **Zero Hora**, Porto Alegre, ago. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/08/dicinodonte-e-levado-a-museu-em-candelaria-onde-grupo-iniciara-a-limpeza-4220100.html>>. Acesso em out. 2014.

O MUSEU NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2007. 359p.

PINTO, Irajá Damiani. **50 ANOS de Geologia: Irajá Damiani Pinto. História e Memória**. Editores Roberto Iannuzzi; José Carlos Frantz. Porto Alegre: Comunicação e Identidade, 2007. 136 p.

PESSOA, André. Eu comprei um fóssil. **National Geographic Brasil**. Brasil, ano 6, n. 62, p. 86-87, maio 2005.

POMIAN, Krzystof. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v.42 (Sistemática), 2000. p. 507-516.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.738/2002**, 2014. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os sítios paleontológicos localizados em municípios do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2011.738.pdf>>. Acesso em out.2014.

_____. Sistema Estadual de Museus. **Guia de Museus do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: SEM/RS, 2013. 160p.

SANTOS, Maria Célia. Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas. In: **IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFM “Museus Universitários - Ciência, Cultura e Promoção Social”**. Belo Horizonte, 2006. p.2-7. Disponível em: <<https://mktuff.wikispaces.com/file/view/Museu+universitario.pdf>>. Acesso em nov. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da Administração**. 3º ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 492p.

SIMONS. Lewis M. Saga fóssil: o mercado da pré-história. **National Geographic Brasil**. Brasil, ano 6, n. 62, p. 66-85, maio 2005.

SMIT, Joahanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-22.

SOARES, Marina Bento. **Paleodigital**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/paleodigital/Tempo_geologico3.html>. Acesso em out. 2014.

SOUZA, Aline Rocha de. **Geoconservação e musealização: a aproximação entre duas visões de mundo, os múltiplos olhares para um patrimônio**. 2008. 146 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Cidara Loguercio; FAGUNDES, Lígia Ketzer; LEITZKE, Maria Cristina Padilha (orgs). **Guia REMAM 2012-2014: Conhecendo os acervos e museus da UFRGS**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2014. 40p.

SOUZA, Paulo A.; FÉLIX, Cristina M.; CANCELLI, Rodrigo R. Laboratório de Palinologia Marleni Marques Toigo, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Boletín de la Asociación Latinoamericana de Paleobotánica y Palinología**, n. 13: 2009 p. 163-176. Disponível em:

<http://www.academia.edu/3243374/LABORATORIO_DE_PALINOLOGIA_DEL_INSTITUTO_MIGUEL_LILLO_UNIVERSIDAD_NACIONAL_DE_TUCUM%C3%81N_ARGENTINA>. Acesso em nov. 2014.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 101p. [Coleção Primeiros Passos].

APÊNDICE A
CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA LICENÇA DE PESQUISA
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Bacharelado em Museologia

Carta de apresentação para licença de pesquisa

Porto Alegre, de Abril de 2014.

Prezado Prof^o. Dr. Rualdo Menegat

Prezada Museóloga Maria Cristina Pons da Silva

Eu Sibelle Barbosa da Silva, graduanda do curso Bacharelado em Museologia, inscrita sob o número 00191517, venho por meio desta, solicitar a autorização para a realização de pesquisa de campo para o desenvolvimento do projeto de pesquisa precedente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

O objetivo é pesquisar o processo de documentação museológica das coleções do Museu de Paleontologia Prof^o. Irajá Damiani Pinto, bem como este influencia os demais setores do museu.

As informações obtidas darão embasamento da monografia, tendo sua construção e análise em conjunto com a Prof^a. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria, a orientadora desta investigação.

Colocamo-nos à disposição de V. S^a. para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente;

Ana Carolina Gelmini de Faria (COMGRAD/MSL)

Sibelle Barbosa da Silva (Aluna de graduação)
Email - sibellelady@gmail.com